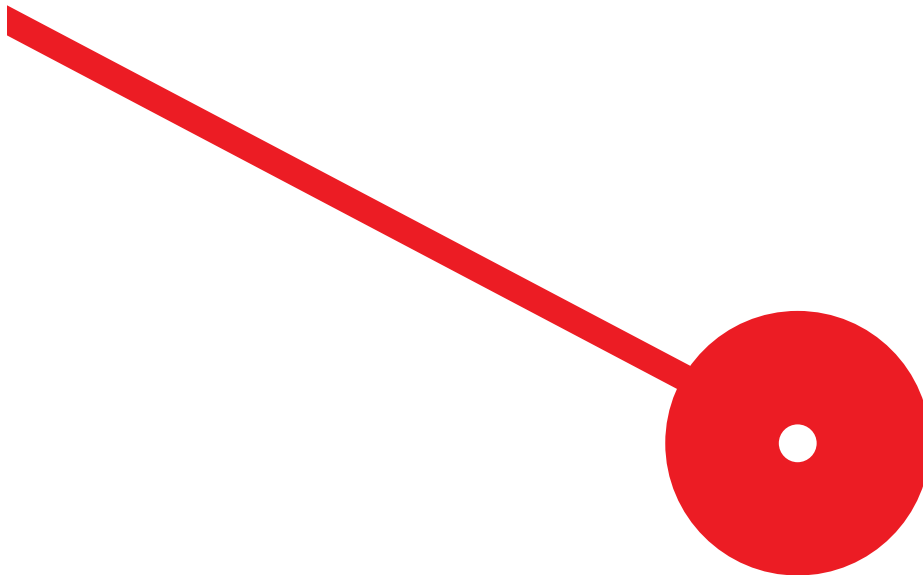


A eficácia de um trabalho de auditoria sob o pressuposto de boas práticas contabilísticas

Cátia Mofreita Teixeira

07/2020

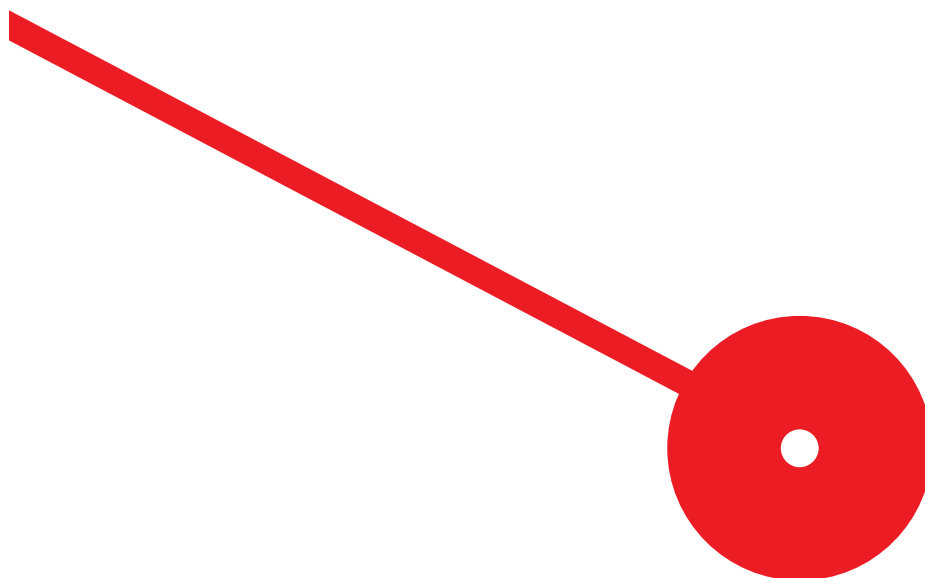


M MESTRADO
AUDITORIA

A eficácia de um trabalho de auditoria sob o pressuposto de boas práticas contabilísticas

Cátia Mofreita Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias



RESUMO

Atualmente, a auditoria tem vindo a tornar-se uma das ferramentas essenciais para a confiança dos *stakeholders* dentro das organizações. O trabalho de auditoria permite não só atestar a eficácia dos procedimentos implementados pela gestão de topo, como tem vindo a ajudar cada vez mais as organizações a alcançar os seus objetivos. No entanto, para a realização destes objetivos é necessário que exista uma cooperação entre os diversos departamentos das organizações, destacando o departamento de contabilidade, sendo que este detém o acesso informação financeira e patrimonial que permite aos *stakeholders* tomar a melhor decisão mediante a informação que dispõem.

A presente investigação tem como objetivo averiguar se as boas práticas contabilísticas afetam a realização de um trabalho de auditoria dentro das organizações.

Para atingir este objetivo, foi realizado a revisão de literatura sobre o tema desta investigação e definido a metodologia a utilizar. Com isto, foram definidas quatro hipóteses em estudo. Elaborou-se um inquérito divulgado para as empresas do sector da Indústria Transformadora em Portugal.

Apesar do número reduzido de respostas perante a amostra recolhida, foi possível afirmar através da análise das respostas, que as boas práticas contabilísticas impactam a eficácia de um trabalho de auditoria.

Palavras-Chaves: Contabilidade, Auditoria Financeira, Stakeholders, Controlo Interno

ABSTRAT

Currently, auditing has become one of the essential tools for the trust of stakeholders within organizations. The audit work allows not only to attest to the effectiveness of the procedures implemented by top management, but it has also been helping organizations to achieve their objectives. However, in order to achieve these objectives, it is required cooperation between the various departments of the organizations, highlighting the accounting department, since it has access to financial and equity information that allows stakeholders to make the best decision through the information they have.

The present investigation aims to ascertain whether good accounting practices affect the performance of an audit work within organizations.

To achieve this objective, a literature review on the subject of this investigation was carried out and the methodology to be used was defined. With this, four hypotheses under study were defined. A survey was carried out for companies in the manufacturing sector in Portugal.

Despite the reduced number of responses collected, it was possible to affirm through the analysis of the responses, that good accounting practices impact the effectiveness of an audit work.

Keywords: Accounting, Financial Auditing, Stakeholders, Internal Control

AGRADECIMENTOS:

Agradeço aos meus pais por todo o amor, por todos os sacrifícios, por me oferecerem a oportunidade de estudar e de me tornar na mulher que sou hoje.

A minha irmã, ao meu braço direito, a minha companheira de vida, por nunca desistir de mim, por nunca me ter faltado nos momentos mais difíceis e pela amizade constante que me preenche o coração.

Ao Francisco, pelo amor, companheirismo e dedicação constante, nos bons e nos maus momentos, pela paciência e compreensão, a quem devo grande parte das minhas conquistas. Que esta viagem continue a crescer, juntos.

A minha orientadora, Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, pela ajuda e orientação constante, pelos ensinamentos, a quem devo a conquista deste trabalho, obrigado por ter aceitado o meu convite.

Por fim, um agradecimento especial a todas as empresas que fizeram questão de participar e de responder ao inquérito, sem elas a concretização deste estudo não seria possível.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA.....	3
1 - Enquadramento da Contabilidade	3
1.1 - Definição de contabilidade	3
1.2 - Breve história da Contabilidade.....	4
1.3 - Harmonização Contabilista na União Europeia	5
1.4 - A evolução do normativo contabilístico em Portugal	8
1.5 - Estrutura conceptual do SNC.....	10
1.6 - Princípios contabilísticos	11
1.7 - Características Qualitativas da Informação Financeira.....	12
1.8 - Principais utentes da informação financeira	13
2 - Enquadramento da Auditoria	15
2.1 - Definição de auditoria.....	15
2.2 - Evolução histórica da auditoria.....	16
2.3 - Necessidade de auditoria.....	17
2.4 - Auditoria em Portugal.....	18
2.5 - A independência do auditor	19
2.6 - Controlo Interno.....	21
2.7 - A fraude	23
3 - Relação entre Contabilidade e Auditoria Financeira	25
4 - Questões de Investigação.....	26
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	28
Introdução	28
1 - Estudo Caso	29
1.1 - Evidências Empíricas.....	29
1.2 - Hipóteses de Investigação.....	32
1.3 - Modelo de Análise	34
1.4 - Definição da Amostra	36

1.5 - Recolha de dados	36
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
1 - Apresentação e Interpretação dos resultados	38
1.1 - Caracterização da Amostra	38
1.2 - As boas práticas contabilísticas e a eficácia de um trabalho de auditoria.....	44
2 - Discussão dos resultados.....	64
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA.....	72
APÊNDICES.....	74

Índice de Esquemas

Esquema 1 - Processo de harmonização contabilístico na União Europeia. Fonte própria: Elaborado própria, Adaptado de Amaral (2001)	7
Esquema 2 - O triângulo da fraude. Fonte: Adaptado de Manual da fraude	23
Esquema 3 - Relação entre contabilidade e auditoria. Fonte: Almeida (2017), pág. 38	26
Esquema 4 - Modelo de análise. Fonte: Elaboração própria	35

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Diretivas produzidas pela União Europeia. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Amaral (2001), pág. 43	6
Tabela 2 - Os princípios fundamentais da contabilidade. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Soares (2010).....	12
Tabela 3 - As características qualitativas da informação financeira. Fonte: Elaboração própria, adaptado de Soares (2010)	13
Tabela 4 -Práticas de auditoria em Portugal. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Barbosa (2018), pág. 17.....	19
Tabela 5 - Componentes da independência do auditor. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Almeida (2017), pág. 103.....	20
Tabela 6 - A Evolução do papel do Auditor no combate a Fraude. Fonte: Esteves, 2012, pág. 7	25
Tabela 7 - Questões de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020.....	27
Tabela 8 - Relação entre H1 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020	33
Tabela 9 - Relação entre H2 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020	33
Tabela 10 - Relação entre H3 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020	33
Tabela 11 – Relação entre H4 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020	34
Tabela 12 - Quadro resumo das hipóteses de investigação. Fonte: Elaboração Própria	67
Tabela 13 - Validação do Modelo de análise. Fonte: Elaboração Própria	69

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Género do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 1). Fonte: Elaboração Própria, 2020	38
Gráfico 2 - Faixa Etária do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020	39
Gráfico 3 - Profissão atual do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020	39
Gráfico 4 - Nível de Habilitação Literária do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	40
Gráfico 5 - Anos de experiência profissional do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	41
Gráfico 6 - Tipo de Sociedade da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	41
Gráfico 7 - Número de funcionários da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	42
Gráfico 8 - Volume de negócios da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	42
Gráfico 9 - Volume de negócios da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	43
Gráfico 10 - Número de auditores presentes na empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020	43
Gráfico 11 - Número de auditores presentes na empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020	44
Gráfico 12 - Definição das funções contabilísticas dentro do departamento de contabilidade (pergunta 1). Fonte: Elaboração Própria, 2020	44
Gráfico 13 - Conhecimento das funções contabilísticas por todos os outros departamentos (pergunta 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	45
Gráfico 14 - Conhecimento das funções contabilísticas por todos os outros departamentos (pergunta 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	46
Gráfico 15 - O trabalho contabilístico é realizado de forma a garantir a continuidade da empresa (pergunta 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020	46
Gráfico 16 - O trabalho contabilístico é realizado de forma a garantir a continuidade da empresa (pergunta 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020	47

Gráfico 17 – Informação contabilística reportada à data mais recente (pergunta 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020	47
Gráfico 18 – Informação contabilística reportada à data mais recente (pergunta 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020	48
Gráfico 19 - Contributo do trabalho de auditoria para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos (pergunta 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	49
Gráfico 20 - Contributo do trabalho de auditoria para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos (pergunta 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	49
Gráfico 21 – Acompanhamento do trabalho contabilístico pela gestão de topo (pergunta 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	50
Gráfico 22 - Acompanhamento do trabalho contabilístico pela gestão de topo (pergunta 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	50
Gráfico 23 – Influencia da gestão de topo nos registos contabilísticos (pergunta 7). Fonte: Elaboração Própria, 2020	51
Gráfico 24- Influencia da gestão de topo nos registos contabilísticos (pergunta 7). Fonte: Elaboração Própria, 2020	51
Gráfico 25- – Existência de um manual de procedimentos dentro da empresa (pergunta 8). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	52
Gráfico 26 - Existência de um manual de procedimentos dentro da empresa (pergunta 8). Fonte: Elaboração Própria, 2020	52
Gráfico 27 -A gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor (pergunta 9). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	53
Gráfico 28 - A gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor (pergunta 9). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	53
Gráfico 29– Perceção e fiabilidade na apresentação das demonstrações financeiras para os utentes da informação financeira e auditores (pergunta 10). Fonte: Elaboração Própria, 2020	54
Gráfico 30 - Perceção e fiabilidade na apresentação das demonstrações para os utentes da informação financeira (pergunta 10). Fonte: Elaboração Própria, 2020	54
Gráfico 31 - Transposição da informação contabilística de forma correta nos relatórios de auditoria (pergunta 11). Fonte: Elaboração Própria, 2020	55
Gráfico 32 - Transposição da informação contabilística de forma correta nos relatórios de auditoria (pergunta 11). Fonte: Elaboração Própria, 2020	56

Gráfico 33 - Avaliação do auditor para o cumprimento das ações delegadas pela gestão de topo relativamente à fraude (pergunta 12). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	56
Gráfico 34 - Avaliação do auditor para o cumprimento das ações delegadas pela gestão de topo relativamente a fraude (pergunta 12). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	57
Gráfico 35 - Avaliação do auditor para a existência de um manual de controlo interno (pergunta 13). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	57
Gráfico 36 - Avaliação do auditor para a existência de um manual de controlo interno (pergunta 13). Fonte: Elaboração Própria, 2020.....	58
Gráfico 37 - O auditor zela pela transparência da informação financeira (pergunta 14). Fonte: Elaboração Própria, 2020	59
Gráfico 38 - O auditor zela pela transparência da informação financeira (pergunta 14). Fonte: Elaboração Própria, 2020	59
Gráfico 39 - O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras (pergunta 15). Fonte: Elaboração Própria, 2020	60
Gráfico 40 – O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras (pergunta 15). Fonte: Elaboração Própria, 2020	60
Gráfico 41 - O trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos stakeholders (pergunta 16). Fonte: Elaboração Própria, 2020	61
Gráfico 42 - O trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos stakeholders (pergunta 16). Fonte: Elaboração Própria, 2020	61
Gráfico 43 - A qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionada com a informação financeira apresentada pelos contabilistas (pergunta 17). Fonte: Elaboração Própria, 2020	62
Gráfico 44 - A qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionada com a informação financeira apresentada pelos contabilistas (pergunta 17). Fonte: Elaboração Própria, 2020	62
Gráfico 45 – Relação entre auditor e contabilista influencia a eficácia de um trabalho de auditoria (pergunta 18). Fonte: Elaboração Própria, 2020	63
Gráfico 46 - Relação entre o auditor e contabilista influencia a eficácia de um trabalho de auditoria (pergunta 18). Fonte: Elaboração Própria, 2020	63

Lista de abreviaturas

AAA - American Accounting Associating

CE – Comunidades Europeias

CEE - Comunidade Económica Europeia

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

CNSA – Concelho Nacional de Supervisão de Auditoria

CMVM - Comissão Do Mercado de Valores Mobiliários

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway

IAS - Internacional Accounting Standards

IASB - Internacional Accounting Standards Board

IASC - Internacional Accounting Standards Comité

IFRS - Internacional Financial Reporting Standards

IFAC - International Federation of Accountant

ISA - International Standards on Auditing

IOSCO -Internacional Organization of Securities na Exchange Comissions

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

POC - Plano Oficial de Contabilidade

ROC - Revisor Oficial de Contas

INTRODUÇÃO

O conceito de contabilidade tem evoluído ao longo dos anos com o objetivo de garantir a continuidade e o sucesso das organizações, primando por espelhar de forma fiel e apropriada a atividade das mesmas. Deste modo, todos os utentes da informação, também denominados *stakeholders*, detêm o acesso à informação financeira e não financeira que lhes permite tomar a melhor decisão de forma ponderada e tendo por base a melhor informação disponível.

Posto isto, a contabilidade é vista como a ciência que avalia a realidade económica e financeira de cada organização. Apresenta como intuito a planificação, organização, e classificação de todas as transações financeiras, de forma a estudar e avaliar o valor do património das entidades e de todos os fatores que permitam a obtenção do mesmo, mediante o seguimento de normas contabilísticas e de relatos financeiros. À medida que a atividade das empresas se tornou mais complexa, a contabilidade tem vindo a aprimorar as suas técnicas, estando em constante evolução.

A auditoria é conhecida como um processo de obter e avaliar evidências relacionadas com os pressupostos contidos nas demonstrações financeiras elaborados pelos contabilistas, com o objetivo de comprovar e atestar o grau de correspondência entre esses pressupostos e as normas e procedimentos de referência aplicadas nas organizações, detetar erros e fraudes que possam surgir dentro de um trabalho de contabilidade, para assim, comunicar os resultados dos seus trabalhos aos utentes da informação financeira, para que estes tomam conhecimento e controlam com mais rigor a tomada de decisões dentro da entidade.

Assim sendo, com a realização desta dissertação pretende-se avaliar se a aplicação de boas práticas contabilísticas afeta a eficácia de um trabalho de auditoria dentro de uma organização. Também se pretende entender qual o impacto que o trabalho dos contabilistas pode ter na elaboração das demonstrações financeiras, verificar se a opinião do auditor pode influenciar a credibilidade e a fiabilidade da informação financeira apresentada pelos contabilistas e, por fim, analisar se a relação entre o auditor e contabilista pode influenciar a eficácia de um trabalho de auditoria.

Desta forma, no **primeiro capítulo**, será apresentado numa primeira fase, a revisão de literatura relativamente à contabilidade, elaborando um enquadramento teórico do seu conceito, evolução e características que esta apresenta. Numa segunda fase, serão

destacados conceitos considerados pertinentes relativamente à auditoria, tal como, a independência do auditor e o controlo interno. Por fim, será abordada a relação entre ambos os conceitos.

No **segundo capítulo** será realizada uma breve revisão de literatura acerca das metodologias de investigação, onde serão referenciados os métodos e os tipos de investigação que existem. De seguida, será apresentado o tipo de estudo escolhido, a amostra utilizada e a caracterização da mesma. Por fim, será exposta a técnica de recolha de dados aplicada, realçando as hipóteses e as perguntas de investigação as quais se pretende obter resposta.

O **terceiro capítulo** será dedicado aos resultados da investigação em questão, através da apresentação e interpretação dos dados obtidos. Após essa avaliação, será elaborado uma discussão dos resultados, onde estará enquadrada cada hipótese com as suas respetivas conclusões perante os dados obtidos.

No **último capítulo** serão apresentadas as conclusões da investigação com o estudo realizado, serão destacadas as limitações do estudo e, por fim, serão expostas sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1 - Enquadramento da Contabilidade

Este ponto tem como grande finalidade a consolidação de conceitos chave acerca da contabilidade. Neste sentido, será apresentado um enquadramento teórico da contabilidade, começando pela definição de contabilidade, de modo a perceber a essência e o princípio deste conceito, a sua origem e evolução histórica, enquadrando-a no cenário internacional através de uma breve referência à harmonização contabilística, tanto a nível nacional como internacional, de forma a abordar conceitos como SNC, IFRS E IAS, concluindo com uma abordagem a estrutura conceptual do SNC.

Por fim, serão destacados os princípios contabilísticos e as características qualitativas da informação financeira, de forma a tentar perceber de que modo é que a informação financeira pode apresentar uma imagem verdadeira e apropriada acerca das demonstrações financeiras para os utentes da informação financeira.

1.1 - Definição de contabilidade

A contabilidade tem como objetivo estudar, registar, controlar e interpretar os factos que surgem no património das entidades. Desta forma, a contabilidade é considerada como um processo de classificação e de registo, que permite analisar e estudar as variações contínuas que ocorrem no património das entidades. Assim, a contabilidade é considerada como uma fonte de informação indispensável que deve ser atualizada a qualquer momento para conhecimento da situação da entidade para os respetivos utentes da informação financeira e, portanto, permite nesse momento, que é atual, dar informação da saúde financeira das operações das entidades e da atividade na sua globalidade (Figueiredo, 2012).

Com isto, a contabilidade é considerada como uma técnica de gestão que tem como intuito a determinação da situação patrimonial das entidades e dos seus resultados (Teixeira, 2006).

São vários os autores, tantos internacionais como nacionais, que definem o conceito de contabilidade. Desta forma, segundo a AAA (1966) a contabilidade consiste na hipótese de os utentes da informação financeira realizarem apreciações e tomarem decisões por meio da identificação, avaliação e comunicação da informação económica e financeira.

Em Portugal, um dos três grandes Mestres da contabilidade, Jaime Lopes Amorim, definiu o conceito de contabilidade com uma vertente *Patrimonialista*, referindo que “*a contabilidade é uma ciência com um objetivo bem determinado (o património)*”.

Para muitos outros autores, a contabilidade é entendida como “*uma técnica que tinha por finalidade descrever e registar as operações que pudessem alterar a composição e o valor do património, definido este como um conjunto de meios ativos e passivos, colocados à disposição da organização para o cumprimento do seu objeto social.*” (Borges & Azevedo Rodrigues, 2004)

1.2 - Breve história da Contabilidade

De forma a entender a sua origem e a necessidade da sua utilização na sociedade ao longo do tempo, será elaborada uma breve revisão sobre a evolução da história da contabilidade. A contabilidade é tão antiga quanto a civilização, tendo nascido de uma necessidade prática (Matos, 2016).

Acredita-se que a contabilidade tenha surgido há cerca de 8000 anos. A contabilidade começou por ser confundida com o conceito de “*conta*”, uma vez que inicialmente a preocupação do homem seria a “*contagem das coisas*”. Alguns autores defendem que todo o sistema de registo se sucedeu num período em que a palavra escrita e os números não eram conhecidos, mas que já havia relações económicas e práticas resultantes de que interessava conservar a memória, tal como Lopes Amorim. Ao longo do tempo, os factos tornaram-se cada vez mais complexos sendo necessário a escrituração para memorizá-los (Monteiro, 2004).

A partir do século XIV começou-se a ter conhecimento de uma nova forma de escriturar, que mais tarde veio revolucionar a contabilidade no mundo, o método das partidas dobradas, também conhecido como digrafia, que surgiu em 1494, o qual permitiu um grande avanço nas organizações ao nível do registo das suas transações, assim como, ultrapassar as limitações inerentes à memória da mente humana. Além disso, este avanço permitiu obter um meio de prova entre partes discordantes ou em litígio (Monteiro, 2004).

Entre o século XIV e XV, foram encontrados manuscritos em várias cidades italianas, tais como, Veneza e Florença, que comprovam que o método das partidas dobradas era efetivamente aplicado (Monteiro, 2004).

O fim do século XIV é marcado por uma alteração na cultura contabilística. Luca Pacioli (1494) indica três registos contabilísticos: o borrão, o diário e o razão (Monteiro, 2004).

Com isto, a Itália foi considerada o berço da evolução da contabilidade, mas a escrita por partidas dobradas foi sendo adotada noutros países, em diferentes períodos. Em países como Alemanha e Inglaterra, permaneceu até muito tarde a contabilidade do género memorial (Monteiro, 2004).

Em Portugal, foi publicado em 1765 uma obra do professor João Henrique de Souza “*Arte de escrita dobrada para instrução de José Feliz Venancio Coutinho*” que representa a primeira manifestação da contabilidade. Foi no início do século XIX que a contabilidade foi reconhecida como uma ciência (Luiz dos Santos & Schmidt, 2008).

Em forma de conclusão, no passado a contabilidade era vista como um elemento de partilha de informação entre a o comerciante e a evolução dos seus negócios. Atualmente, a contabilidade é uma das ferramentas indispensáveis para o apoio da gestão de qualquer entidade, fornecendo informações cruciais para os utentes da informação financeira (Barbosa, 2018).

1.3 - Harmonização Contabilista na União Europeia

Atualmente, a evolução da contabilidade é caracterizada por um fenómeno de harmonização e normalização nacional. Entende-se por harmonização como um processo que atende às especificidades económicas, sociais e culturais de cada país (OTOC, 2015). Deste modo, harmonização contabilística internacional surge com a necessidade de se criar uma linguagem contabilística universal de forma a comparar a informação financeira entre as organizações europeias (Barbosa, 2018).

A Comunidade Económica Europeia foi criada em 1957, pelo tratado de Roma, e esta tinha como principal objetivo a conceção de um Mercado Comum, de forma a criar uma União Económica e Monetária entre os seus países membros. Com isto, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas com o intuito de reduzir a diversidade da legislação fiscal, laboral e comercial dos seus países membros. Desta forma, a normalização contabilística desenvolvida pela União Europeia foi uma decisão necessária à livre circulação de produtos, indivíduos, serviços e capitais entre os Estados-Membros e que foram ampliados com o Tratado da União Europeia, aprovado em 1991, que daria origem ao

Mercado Único Europeu a partir de janeiro de 1993 (Borges & Azevedo Rodrigues, 2004).

O processo de harmonização contabilística da União Europeia é caracterizado por 3 etapas fundamentais:

1ª ETAPA (1970-1990):

A produção de diretivas de forma a atingir um determinado grau de harmonização:

4ª DIRETIVA (25 jul. 1978)	Regula a apresentação das contas anuais e individuais, com o intuito de coordenar a estrutura e conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão, métodos de valorimetria e a divulgação dos documentos.
7ª DIRETIVA (13 jun. 1983)	É referente às contas consolidadas.
8ª DIRETIVA (10 abr. 1984)	É referente às habilitações das pessoas encarregadas pela auditoria legal das contas anuais.

Tabela 1 - Diretivas produzidas pela União Europeia. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Amaral (2001), pág. 43

2ª ETAPA (1990-1995):

Em janeiro de 1990, ocorreu uma conferência para debater o futuro da normalização contabilística europeia e devido a necessidade de reduzir a variedade de opções das diretivas. Foi a partir desse momento que se deu o primeiro contacto formal entre a União Europeia e o IASC (Amaral, 2001).

Em 1995 a União Europeia publica um documento designado de “*Harmonização Contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional*”. O IASC e o IOSCO elaboraram um acordo para que os seus membros aceitassem das entidades europeias cotadas, as demonstrações financeiras elaboradas consoantes com as suas normas, que terminou em 2000 perante a decisão tomada pela IOSCO para que os seus membros permitirem a adoção do grupo básico das normas pelas entidades emissoras das demonstrações financeiras (Borges & Azevedo Rodrigues, 2004).

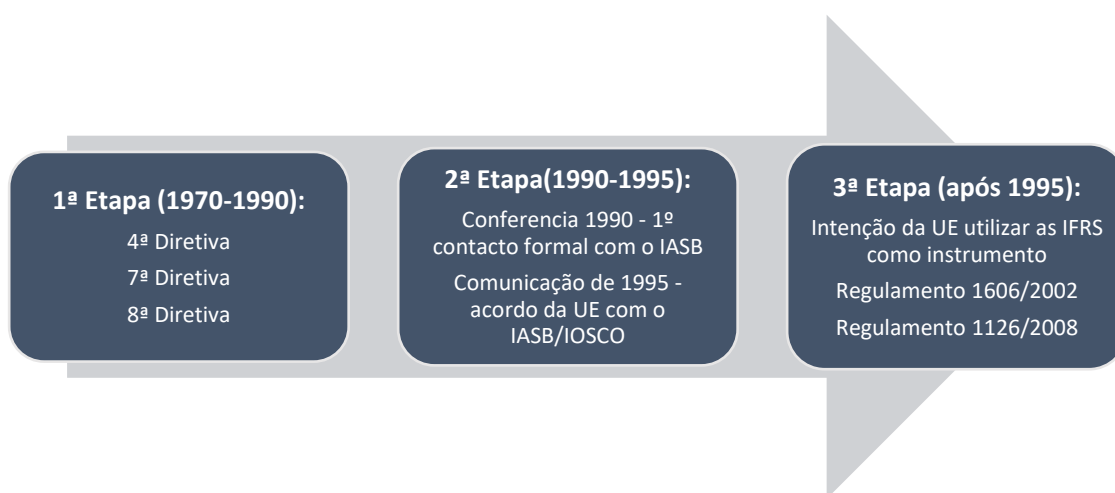
Neste sentido, criou-se uma divergência nos normativos contabilísticos dos países da União Europeia, tanto no seu conteúdo como origem, podendo ser agrupados de acordo com a sua influência dominante. Assim o Reino Unido, a Irlanda e a Holanda pertencem ao grupo cuja influência é de raiz anglo-saxónica e a Espanha, a França e Portugal figuram no grupo onde a influência continental. Com isto, percebe-se que para criar um normativo coerente seria necessário despende muito tempo (Barbosa, 2018).

3ª ETAPA (APÓS 1995):

Em 11 de Setembro de 2002 foi publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias o Regulamento CE no 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Este regulamento tem como intuito garantir um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras da União Europeia, sendo as normas internacionais de contabilidade e interpretações conexas emitidas pelo IASB (Amaral, 2001).

A partir de 2005, as normas internacionais de contabilidade de contabilidade emitidas pelo IASB passam a ser de aplicação obrigatória para as entidades pertencentes à União Europeia. A 1 de Janeiro do mesmo ano, as entidades com valores mobiliários admitidos a negociação num mercado regulamentado, ficam obrigadas a preparar as contas consolidadas conforme as regras das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) (Amaral, 2001).

Assim, o Conselho da União Europeia apresentou em setembro de 2002, as alterações às Diretivas nos 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, com o intuito de eliminar os conflitos presentes entre as diretivas contabilísticas e as IAS e desta forma fazer com que ambos os organismos garantam os esforços necessários para conceber boas normas contabilísticas (Figueiredo, 2012). De forma a ficar explicito o processo referido acima, elaborou-se o seguinte esquema:



Esquema 1 - Processo de harmonização contabilístico na União Europeia. Fonte própria: Elaborado própria, Adaptado de Amaral (2001)

Atualmente na União Europeia, é permitido às grandes empresas optarem pelas estruturas de relato financeiro mais adequada para a realização das suas contas consolidadas. Essa escolha deve ser realizada e aprovada de acordo com o próprio mercado (Amaral, 2001).

1.4 - A evolução do normativo contabilístico em Portugal

Em Portugal, o modelo de normalização contabilística para as empresas comerciais e industriais e outras entidades, foi formulado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro que aprovou o POC criando ao mesmo tempo o CNC. O POC sofreu diversas alterações devido a necessidade de adaptação do modelo contabilístico nacional aos instrumentos jurídicos criados pela então CEE, agora União Europeia. Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, foi necessário elaborar ajustamentos às normas nacionais da Diretiva nº 78/660/CEE (Nogueira, 2010).

Posteriormente, o POC volta a ser alterado, de forma a acolher o novo sistema de inventário permanente e a demonstração dos resultados por funções, bem como a demonstração dos fluxos de caixa, transpondo-se para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro. Em 2005 foi transposta para o direito interno a Diretiva nº 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho, relativa à modernização das diretivas contabilísticas, diretiva esta que alterou as Diretivas nº 78/660/CE, 83/349/CE, 86/365/CE e 91/674/CEE, do Conselho relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras, bem como empresas de seguros. Esta alteração teve como intuito assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as normas internacionais da contabilidade (Nogueira, 2010).

Em 2009 é publicado o Decreto-Lei nº 158/2009, Decreto-Lei de 13 de julho, e por ele o Estado Português executa o direito de opção que vai previsto no artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, dizendo respeito à aplicação das normas internacionais de contabilidade, mas agora no quadro do sistema de normalização contabilística. O Regulamento nº 1606/2002 estabelece a adoção e a utilização no seio da comunidade, das normas internacionais de contabilidade, IAS e IFRS (Soares, 2010).

O Sistema de Normalização Contabilística entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, sob aprovação do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, ao final de uma longa caminhada da contabilidade no sentido da normalização contabilística. Este Decreto-Lei não só promoveu a criação do SNC., como veio revogar o POC. e legislação complementar, identificando as entidades a que se aplica, nomeadamente (Figueiredo, 2012):

- ✓ Às sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;

- ✓ Às empresas individuais que estão reguladas pelo Código Comercial;
- ✓ Aos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- ✓ Às empresas públicas;
- ✓ Às cooperativas e por fim;
- ✓ Aos agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Ficam dispensadas da aplicabilidade do SNC, as pessoas que exerçam a título individual uma qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola e não realizem na média dos últimos 3 anos um volume de negócios superior a 150.000,00€. Com a publicação do Decreto-Lei nº 158/2009, o POC aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro foi revogado (OTOC, 2015).

A grande finalidade deste longo caminho, é que o SNC se construa num modelo baseados em princípios e não em regras, aderentes ao modelo do IABS presentes na União Europeia, com também garantir a compatibilidade entre as diversas Diretivas Contabilistas Comunitárias. O SNC compreende as diversas necessidades do relato financeiro e o objetivo é que este se torne flexível aos mesmos, de forma a que quando seja necessário, introduzir alterações as normas do IASB (Figueiredo, 2012).

É importante realçar que, atualmente, o SNC é composto por 4 elementos:

1. A Estrutura Conceptual;
2. As normas de Contabilidade e de Relato Financeiro;
3. As Demonstrações Financeiras;
4. O Código de Contas.

Em forma de conclusão, é ainda relevante evidenciar que existem dois níveis de normalização:

- ✓ Uma para as entidades em geral, às quais se aplicam os quatro parâmetros referidos acima;
- ✓ E uma para as pequenas entidades, com menores exigências de relato financeiro, por não serem obrigadas à elaboração das demonstrações de fluxos de caixa e a demonstração das alterações do capital próprio.
- ✓ E, por fim, uma para as microentidades dispensadas da aplicação das normas contabilísticas previstas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, devendo

este tipo de empresas passar a adotar normas contabilísticas simplificadas que serão objeto de regulamentação.

As NCRF são assim simplesmente substituídas por apenas uma Norma Contabilística e de NCRF-PE, de carácter opcional, além do conjunto de demonstrações financeiras exigido ser mais reduzido, nomeadamente, balanço, demonstração de resultados por naturezas e por funções e anexos (Nogueira, 2010).

1.5 - Estrutura conceptual do SNC

A estrutura conceptual é um documento indispensável para a compreensão e entendimento da uniformização do SNC (Soares, 2010).

De acordo com o segundo parágrafo do Aviso nº 15652/2009, referente à Estrutura Conceptual do SNC, o grande objetivo da estrutura conceptual é *“estabelecer conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos”*. A finalidade desta Estrutura Conceptual é a seguinte:

- (a) “Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das NCRF e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas;*
- (b) Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras às NCRF;*
- (c) Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas; e*
- (d) Proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF”.*

No terceiro parágrafo é indicado que *“esta Estrutura Conceptual não é uma NCRF e por isso não define normas para qualquer mensuração particular ou tema de divulgação”*. Em casos de possíveis conflitos entre a estrutura conceptual e uma NCRF, é explícito que prevalecem sempre os requisitos das normas (Figueiredo, 2012).

O âmbito da estrutura conceptual do SNC, estuda:

- (a) “o objetivo das demonstrações financeiras;*
- (b) as características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras:*

(c) da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras; e

(d) dos conceitos de capital e da manutenção de capital”.

Por fim, no parágrafo 7, está destacado que a estrutura conceptual “*aplica-se às demonstrações financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios que relatam, sejam do setor público ou do privado*”. Também é evidenciado que “*uma entidade que relata é uma entidade relativamente à qual existem utentes que confiam nas demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informação financeira acerca da entidade*”.

1.6 - Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos são guias de contabilidade nos quais são englobados conceitos como a mensuração ou a valorimetria. Apesar da alteração verificada no SNC, podemos continuar a ver como princípios fundamentais da contabilidade, aqueles que eram relatados pelo POC revogado. Estes princípios conduzem à preparação das demonstrações financeiras, de forma a que seja emitida uma imagem verdadeira e apropriada da empresa. Os princípios fundamentais da contabilidade são os seguintes (Soares, 2010):

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	Considera-se que a empresa tem a sua atividade de forma continuada e com duração ilimitada. Por isso presume-se que a empresa não tem intenção nem necessidade de entrar em liquidação, nem de reduzir de forma significativa o seu volume de negócios.
PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA	Presume-se que a empresa não vai alterar as suas políticas contabilísticas de um exercício para outro exercício. Se assim não for, a consistência contabilística dos exercícios não se irá manter, e, portanto, as alterações produzidas irão provocar efeitos materialmente relevantes.
O PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO OU DO ACRÉSCIMO	A contabilidade de uma empresa deve ser elaborada de forma rigorosa, de tal modo que os proveitos e os custos devem ser reconhecidos quando obtidos ou ocorridos, independentemente do seu recebimento ou do seu

	pagamento, devendo os mesmos serem incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitam.
O PRINCÍPIO DO CUSTO HISTÓRICO	Os registos contabilísticos devem sempre basear-se em custos de aquisição ou em custos de produção. Estes devem ser expressos em unidades monetárias nominais e em unidades monetárias constantes de modo a obter um registo uniforme, regular e histórico.
O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA	As contas integram a contabilidade devem compor em si um grau de precaução quando se trate de proceder a estimativas, não se permitindo a criação de reservas ocultas, provisões excessivas ou ainda a deliberada quantificação de ativos e de proveitos por defeito, ou de passivos e de custos por excesso.
O PRINCÍPIO DA SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA	Os acontecimentos contabilísticos devem contabilizar-se de acordo com a sua substância e a realidade financeira, e não apenas pela sua forma legal.
O PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE	Este princípio está relacionado com as demonstrações financeiras, pelo que estas devem evidenciar todos os elementos que tenham relevância para a contabilidade e que possam afetar avaliações ou decisões pelos responsáveis da empresa.

Tabela 2 - Os princípios fundamentais da contabilidade. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Soares (2010)

1.7 - Características Qualitativas da Informação Financeira

A estrutura conceptual do SNC identifica quatro características qualitativas principais, três delas já consideradas no POC. As características são as seguintes (Soares, 2010):

COMPREENSIBILIDADE	A informação financeira apresentada pelas demonstrações financeiras deve ser perceptível para os utentes, pressupondo-se que estes tenham um conhecimento razoável dos aspetos empresariais, económicos e contabilísticos da sua entidade.
RELEVÂNCIA	A informação financeira é relevante quando esta influencia as decisões económicas dos utentes, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros. No

	entanto, a informação também deve ser material, isto é, a sua omissão ou inexatidão influenciam as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras apresentadas.
FIABILIDADE	A informação financeira deve refletir fidedignamente os acontecimentos que pretende demonstrar. A fiabilidade encontra-se associada à necessidade de contabilizar os acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económico-financeira, e não apenas com a sua forma legal. A informação deve então ser neutra, de forma que não possa influenciar a tomada de uma decisão.
COMPARABILIDADE	Os utentes da informação financeira devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma empresa ao longo do tempo, para assim identificarem aspetos na sua posição financeira e no seu desempenho que se devem ser alterados ou melhorados.

Tabela 3 - As características qualitativas da informação financeira. Fonte: Elaboração própria, adaptado de Soares (2010)

É importante destacar que a relevância e a fiabilidade da informação financeira podem estar passíveis a limitações de tempestividade, equilíbrio entre benefício e custo, e equilíbrio entre as características qualitativas. Conclui-se que é melhor divulgar a informação financeira no tempo próprio e adequado, mesmo que se corra o risco de não se alcançar o máximo de fiabilidade possível (Soares, 2010).

1.8 - Principais utentes da informação financeira

A estrutura conceptual do SNC enumera diversos utentes da informação financeira, designadamente, investidores, trabalhadores, financiadores, fornecedores e outros credores, clientes, governos e os seus departamentos e o público em geral. Todos eles recorrem às demonstrações financeiras de modo a satisfazerem algumas necessidades de informação que estes procurem saber, nomeadamente (Figueiredo, 2012):

1. INVESTIDORES:

Necessitam da informação financeira para auxiliar os acionistas na tomada de decisão perante os riscos a que os seus investimentos estão sujeitos dentro da entidade. Essa

informação também permite aos acionistas obterem uma avaliação de performance da entidade. (SNC, 2012).

2. TRABALHADORES

Os funcionários da entidade e os seus grupos representativos procuram saber se a entidade tem capacidade financeira que permite o pagamento das suas remunerações e outros benefícios, como por exemplo, prémios. (SNC, 2012).

3. FINANCIADORES

Necessitam da informação financeira para avaliar se a empresa consegue cumprir com os pagamentos dos seus empréstimos nas datas respetivas de vencimento, assim como, nas decisões de conceção de empréstimos, prémios. (SNC, 2012).

4. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES COMERCIAIS

Os fornecedores tencionam saber se os valores que lhe são devidos serão pagas nas respetivas datas de vencimento, necessitam dessa informação de forma a realizarem uma avaliação do risco de crédito. (SNC, 2012).

5. CLIENTES

Os clientes estão interessados na informação financeira para obterem conhecimento sobre a continuidade da empresa (SNC, 2012).

6. GOVERNO E OS SEUS DEPARTAMENTOS

A informação financeira é relevante de forma a controlarem o sector de atividade a que entidade está inserida, de modo a determinarem as políticas de tributação a que a entidade está sujeita. Essa informação também pode ser útil para a determinação da distribuição dos recursos da entidade (SNC, 2012).

7. PÚBLICO

A informação financeira é relevante uma vez que as entidades podem auxiliar as economias locais de diversas formas, nomeadamente na empregabilidade e na confiança dos seus fornecedores locais (SNC, 2012).

2 - Enquadramento da Auditoria

Nesta secção serão destacados alguns tópicos considerados imprescindíveis para o entendimento de um trabalho de auditoria. Deste modo, será realizada uma breve introdução ao conceito e enquadramento da auditoria, perceber todo o contexto teórico que vem por detrás deste tema tão complexo, elaborando um elo de ligação com o seu enquadramento em Portugal, explicando a sua evolução. É fundamental, introduzir o conceito da independência do auditor dentro de um trabalho de auditoria, de forma a perceber qual o papel e as responsabilidades a que um auditor está sujeito. Por fim, será abordado os princípios da CMVM e o relatório do governo das sociedades, como ferramentas de trabalho de um auditor no combate a fraude, consolidando assim termos-chaves e indispensáveis para a realização de qualquer trabalho de auditoria.

2.1 - Definição de auditoria

Devido às diversas adversidades que surgem na aplicação técnica e prática nas diversas áreas do conhecimento humano, o conceito de auditoria tem sido cada vez mais difícil de definir com objetividade (Figueiredo, 2012).

São vários os conceitos de auditoria, e por esse motivo houve uma preocupação em atribuir uma definição geral que fosse definitivamente aceite (Teixeira, 2006). Deste modo serão destacados, na minha opinião, as definições mais objetivas e gerais de forma a que o entendimento deste conceito tão complexo seja de fácil leitura.

Assim sendo, de forma geral, a auditoria é considerada como um processo de investigação sistemático onde são recolhidas e analisadas evidências suficientes, de forma a que o auditor se consiga pronunciar acerca da conformidade das demonstrações financeiras, utilizando diversos critérios de comparação, para assim comunicar os resultados aos devidos interessados (Teixeira, 2006).

Uma das definições mais destacadas neste longo estudo, foi sem dúvida a definição do IFAC (1999) que afirma que a auditoria é considerada como um exame ou verificação, realizada por um auditor, aos documentos de prestações de contas, com o intuito de exprimir uma opinião, de forma a esses transmitirem uma maior credibilidade possível.

Outra das definições bastante destacada foi a definição descrita pelo Tribunal de Contas (1999, pg.30), que é a seguinte: *“um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente*

a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada.”

Para (Almeida, 2017) a auditoria é considerada como um processo de recolha de provas para verificar e avaliar as asserções realizadas pelo órgão de gestão da entidade contidas nas demonstrações financeiras. Esta avaliação é executada com base em normas contabilísticas e referenciais, de forma a comunicar as conclusões aos utilizadores/utentes da informação financeira.

A *Sarbanes-Oxley Act* destaca que o principal objetivo da auditoria era a proteção dos interesses dos investidores, através da qualidade e fiabilidade das demonstrações financeiras e informação financeira das empresas (Controls, 2008).

Atualmente, o grande objetivo da auditoria consiste na deteção de erros e fraudes, tem como objeto as asserções implícitas nas demonstrações financeiras, e com isso, a emissão de uma opinião sobre as mesmas. O crescimento da designação está interligado à consciência de responsabilidade e transparência, noções de transcendente importância na sociedade atual (Teixeira, 2006).

2.2 - Evolução histórica da auditoria

Nas civilizações egípcia, grega e romana, a auditoria era usada para controlar os oficiais que tinham como responsabilidade vigiar os dinheiros públicos (Almeida, 2017).

Na realidade, antes da revolução industrial, a utilização da auditoria para fins comerciais não era comum. A verdadeira preocupação estava centrada na utilização adequada de fundos. Assim, após 1884, a principal preocupação da auditoria era a deteção de fraudes na utilização desses mesmos fundos, tornando-se o objetivo primário da auditoria (Almeida, 2017).

Depois de 1920, os auditores começaram a assumir uma preocupação menor na responsabilidade na deteção de fraude, uma vez que a prevenção e deteção de fraudes não eram da sua responsabilidade. Essa responsabilidade passa pelo órgão de gestão das empresas, através da construção de um bom sistema de controlo interno. Neste sentido

surge uma mudança nos objetivos da auditoria, fundamentada pelas alterações socioeconómicas que surgiram a partir desse período, como o crescimento em dimensão e complexidade das empresas, o aumento do volume de transações, os investidores começaram a investir o seu capital nas empresas etc. (Almeida, 2017).

Todas estas alterações socioeconómicas provocaram alterações nos relatórios de auditoria. Essa informação passou não só a ser primordial para a deteção de fraudes e verificação da credibilidade da informação contida nos relatórios como passa a ser um instrumento indispensável para a tomada de decisão (Almeida, 2017).

A partir dos anos 60, os auditores negam a responsabilidade de deteção de fraude. Em contrapartida, diversas diretivas profissionais incumbiam aos auditores que estivessem atentos à presença de fraude na condução dos seus trabalhos de auditoria (Almeida, 2017).

Nos anos 80 e 90, surgiram diversos casos de fraude em empresas como a Enron, que colocaram a credibilidade dos auditores em questão. Com isto, surgiu a preocupação da qualidade dos serviços de auditoria e a própria independência dos auditores, sendo necessário a reformulação dos serviços de auditoria (Figueiredo, 2012).

Em 2005, surgiu o *European Group of Auditor's Oversight Bodies*, criado pela CE com o intuito de criar uma articulação eficaz entre os sistemas de controlo público de auditoria e as empresas de auditoria. Neste sentido, foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, a diretiva 2006/43/CE de forma a recuperar a confiança dos grandes grupos empresariais.

Por fim, no dia 27 de maio de 2014 foram divulgados nesse mesmo jornal, a proposta de ajustamento da diretiva de auditoria, isto é da 8ª diretiva, diretiva 2014/56 de 16 abril e o Regulamento nº537/2014, este apenas adaptável aos auditores que realizam o seu trabalho em entidades de interesse público (Almeida, 2017).

2.3 - Necessidade de auditoria

Como visto anteriormente, as características da informação financeira permitem que a informação financeira contida nas demonstrações financeiras chega de forma útil para os seus utilizadores. Essa informação é transmitida aos auditores para que os mesmos verifiquem se essas características são devidamente alcançadas (Almeida, 2017).

Assim, a necessidade de realizar auditorias às demonstrações financeiras é explicada através das seguintes razões (Almeida, 2017):

1. CONFLITO DE INTERESSES: pode encontrar-se situações de conflitos de interesses entre os investidores e órgãos de gestão. Enquanto os investidores buscam obter a real situação da entidade, o órgão de gestão procura levar uma boa imagem da entidade aos investidores;
2. COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES: O aumento progressivo da complexidade das demonstrações financeiras faz com que os utilizadores da informação financeira dependem cada vez mais do órgão de gestão e dos auditores;
3. RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: A auditoria às demonstrações financeiras é, na maioria dos casos, a única fonte de informação à disposição dos utentes da informação financeira. Essa informação é crucial para a tomada de decisões relativamente aos investidores.
4. AFASTAMENTO DOS UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA: Nem todos os utilizadores da informação financeira dispõe da documentação que serve de suporte para a realização das demonstrações financeiras, e neste sentido, os utilizadores precisam e confiam nos auditores para exprimir uma opinião acerca das demonstrações financeiras.

2.4 - Auditoria em Portugal

O conceito de ROC, em Portugal, surge através do Decreto-Lei nº49 381 de 15 de novembro de 1969, decreto este que foi alterado pelo Decreto-Lei nº 648/70 de 28 de dezembro que determina um novo regime de fiscalização para as sociedades anónimas, revogado pelo Decreto-Lei nº 262/86 de 2 de setembro que aprova o Código das Sociedades Comerciais (Barbosa, 2018).

O Decreto-Lei nº 1/72 de 3 de janeiro regulamentou o início da atividade do Revisor Oficial de Contas, o qual descrevia a importância de estruturar a profissão em diversos modelos, de modo a garantir um exercício eficaz das funções realizadas pelos mesmos e pelas sociedades dos revisores (Barbosa, 2018).

No nosso país, quem rege esse setor, é a OROC. Em 1999, o Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de novembro reformula Decreto-Lei 422A/93 e cria o regime jurídico dos ROC devido à necessidade de evolução e de atuar em algumas correções ao longo da sua aplicação. O enquadramento institucional foi modificado, passando a sua designação de Câmara para

OROC. Todos os conteúdos relativos a auditoria das demonstrações financeiras, a revisão legal de contas e serviços diretamente relacionados às empresas estão sujeitas ao Controlo da Ordem (Figueiredo, 2012).

No ponto de vista internacional, a ordem é membro da *Internacional Federation of Accountants* e mantém relações de companheirismo com organismos semelhantes de outros países, a qual é fundamental para a profissão do auditor, com o intuito de aumentar a sua credibilidade e de aumentar os seus conhecimentos. É importante destacar que o exercício da profissão de auditoria é regulamentado ao nível dos serviços e ao nível profissional dos seus membros.

A prática de auditoria em Portugal encontra-se dividida em dois vetores básicos (Barbosa, 2018):

AUDITORIA DE FONTE LEGAL	AUDITORIA DE FONTE CONVENCIONAL
Imposta por várias leis a diversos tipos de entidade, a qual apenas pode ser exercida por profissionais denominados de Revisores Oficiais de Contas e inscritos na Ordem.	Contratada por iniciativa própria das entidades interessadas e realizadas por empresas especializadas, nacionais e multinacionais.

Tabela 4 -Práticas de auditoria em Portugal. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Barbosa (2018), pág. 17

Em 2008 foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 224/2008 a criação do CNSA, de forma a regularizar a profissão de auditoria no sentido de melhorar a qualidade e confiança dos mercados nas funções de auditoria. Com a criação deste concelho, foi apresentado e introduzido um modelo diferente de supervisão da prática da atividade.

É da competência deste organismo a emissão de um parecer prévio quanto às normas do sistema de controlo de qualidade, deontológicas e de auditoria, e a apreciação do plano anual de controlo de qualidade proposto pela OROC e o acompanhamento da sua execução. O sistema de supervisão pública é gerido de forma independente pelo Banco de Portugal, pela CMVM, pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela OROC e pela Inspeção-Geral de Finanças (Almeida, 2017).

2.5 - A independência do auditor

Devido aos grandes escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, o papel do auditor e a sua credibilidade assim como a sua independência foram postas em causa. A

independência do auditor é fundamental para a credibilidade e fiabilidade das demonstrações financeiras, por isso, esta deve ser adequada às funções do próprio auditor.

A Lei *Sarbanes-Oxley*, obriga a que a entidade de auditores seja escolhida pela Comissão de Auditoria da empresa, sujeita a auditoria e que os sócios responsáveis pela auditoria e pelo seu controlo não exercem tais funções mais que cinco anos.

O auditor deve ser objetivo e expressar uma opinião independente acerca da entidade e dos seus gestores, contudo, o conceito de independência não é fácil de definir. A grande parte dos códigos profissionais identificam dois tipos de independência (Almeida, 2017):

1. A independência profissional constituída por três componentes:

INDEPENDÊNCIA DE PLANEAMENTO DE AUDITORIA	O auditor tem uma liberdade total para desenvolver, sem restrições, o desenho dos programas de auditoria, bem como do trabalho a desenvolver dentro dos níveis de materialidade adequados e do risco de auditoria.
INDEPENDÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO	O auditor tem acesso a todas as fontes de informação disponíveis e legais existentes nas empresas.
INDEPENDÊNCIA NA EMISSÃO DE OPINIÃO	Materializa-se numa ampla liberdade de não sujeição a nenhum compromisso de lealdade ou constituição para modificar o seu relatório devido ao impacto que pode causar na entidade auditada

Tabela 5 - Componentes da independência do auditor. Fonte: Elaboração própria, Adaptado de Almeida (2017), pág. 103

2. Profissão independente

A sensação de falta de independência da profissão compõe-se por diversos fatores, expõe o grau de ceticismo quanto a integridade e independência do auditor. Esses fatores são (Almeida, 2017):

- a) A próxima relação entre o auditor e as empresas que audita pode levar a uma dependência financeira visível e clara;
- b) Existência de uma relação confidencial entre o auditor e o seu cliente pode prejudicar a objetividade do auditor;
- c) Diversidade no serviço prestado ao cliente, pode demonstrar uma visão de dependência para o exterior.

Assim, essas duas componentes demonstram como a emissão de opinião pode ser afetada por influências que põem em questão o julgamento profissional do auditor, a sua integridade, a objetividade e o ceticismo profissional, e por circunstâncias materialmente relevantes que podem comprometer a qualidade de um julgamento profissional independente (Almeida, 2017).

2.6 - Controle Interno

É importante compreender o conceito de controle interno e como este se enquadra em qualquer atividade operacional seja de que entidade for, por mais pequena que seja. Ao longo dos anos foram dadas diversas definições de controle interno, tornando-se difícil o foco para apenas uma delas.

Segundo a OROC *“uma das melhores defesas contra o insucesso do negócio e um importante condutor do desempenho do negócio é um controle interno forte. Isto é a verdade para todas as organizações”*.

A ISA 315 define o controle como um processo implementado e mantido pelos responsáveis pela gestão e governação de forma a proporcionar uma segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com vista a eficácia e eficiência das operações, a credibilidade de relato financeiro e o cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

O controle interno auxilia as entidades a moderar os riscos de não alcançar os seus objetivos. O desempenho desses mesmos objetivos defronta-se com diversos riscos. É da competência do órgão de gestão identificar os riscos e implementar os respetivos controles que permitem garantir uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras permanecem livres de distorções materiais. É importante realçar que uma das principais funções do auditor é entender o sistema de controle interno da entidade (Almeida, 2017).

O controle interno executa um papel bastante relevante na forma como o órgão de gestão encara as suas responsabilidades perante a organização, que passa por desenvolver, implementar e preservar um bom sistema de controle interno, para assim resguardar que os ativos e todas as transações sejam devidamente salvaguardadas (Almeida, 2017).

Segundo (Loureiro, 2015): “*O controlo interno tem assumido um papel preponderante nas organizações e surge da necessidade de gerir o risco do negócio com vista ao alcance dos objetivos definidos, de forma mais eficiente e económica.*”

O *Institute of Internal Auditors* estabelece que os objetivos do controlo interno visam assegurar a confiança e a integridade da informação financeira e operacional, a eficiência das operações de forma a atingir os objetivos estabelecidos e a salvaguarda dos ativos.

O COSO é uma organização privada, originalmente formada em 1985, dedicada a melhorar a qualidade do relato financeiro, através da ética nos negócios, de controlos internos eficazes e da governação das empresas (Pacheco, 2018).

Assim o COSO estabelece três objetivos sucintos do controlo interno são:

1. A eficácia e eficiência das operações;
2. A credibilidade de relato financeiro;
3. O cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Depois de obter uma visão sobre o conceito de controlo interno e perceber a importância do mesmo, vamos destacar as componentes do controlo interno. O *COSO* compreende cinco componentes que se interligam entre si, devendo funcionar como um único processo, na realização dos objetivos. As componentes são (Almeida, 2017):

1. AMBIENTE DE CONTROLO: relacionado com a cultura e com modo que a organização estabelece e reforça o compromisso com a existência de controlo interno;
2. AVALIAÇÃO DO RISCO: permite a organização compreender a dimensão do impacto que os potenciais eventos poderão ter na realização dos seus objetivos;
3. ATIVIDADE DE CONTROLO: consiste em políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que a resposta aos riscos seja devidamente realizada;
4. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: auxilia os outros componentes através da identificação, recolha e comunicação da informação relevante para toda a organização;
5. MONITORIZAÇÃO: relacionado com a supervisão dos controlos internos por parte da entidade, avaliando também se os controlos são adequados tanto a nível de desenho como execução.

É importante realçar que é da função dos auditores a verificação dos controlos e garantir que o órgão de gestão da entidade implementou um sistema de controlo interno adequado e eficaz para o seu tipo de atividade (Pacheco, 2018).

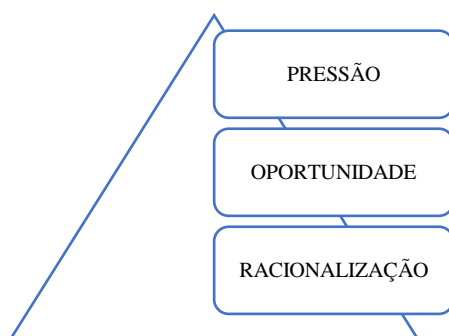
Também é da função do auditor a avaliação da materialidade da deficiência do controlo, o auditor também deve determinar a suficiência de testar o controlo após a sua correção. Além do mais, o julgamento do auditor em relação ao número de vezes que o controlo pode falhar antes que o controlo seja considerado "deficiente" também impacta a avaliação do auditor (Bennett & C. Hatfield, 2017).

2.7 - A fraude

Numa definição breve e geral, a fraude representa uma falsa exposição ou conceção de um fato material para induzir alguém a partilhar algo com valor.

O *Institute of Internal Auditors* define fraude como “*um conjunto de irregularidades e atos ilegais caracterizados pela desonestidade intencional. Pode ser efetuado para o benefício de, ou para o prejuízo da organização e por pessoas quer de fora quer de dentro da organização.*”

De forma a perceber melhor o mecanismo de fraude, em 1953, *Donald Cressey* identificou três componentes que considera fundamentais de modo a entender o que leva as entidades a cometerem a fraude. Desta forma, temos:



Esquema 2 - O triângulo da fraude. Fonte: Adaptado de Manual da fraude

Assim, temos a pressão que resulta de uma necessidade incontável de alcançar dinheiro ou bens de natureza material com valor, a fim de solucionar problemas ou simplesmente aumentar a disponibilidade financeira/património. De seguida vem a oportunidade que se pode definir como a perceção, por parte de uma entidade ou um indivíduo, da eventualidade de cometer fraude sem ser apanhado. Por fim a racionalização que corresponde a capacidade que um indivíduo têm para interpretar os diversos dados que possui sobre a realidade que o rodeia, e cujo a acumulação, entre os ganhos e as perdas o levam a tomar uma determinada decisão pela prática ou não de fraude.

É importante destacar que a responsabilidade pela deteção da fraude por parte dos auditores internos não é uma tarefa fácil, devido que, por vezes, serem impostas várias restrições no seu campo de trabalho que dificulta a sua ação na investigação de potenciais áreas onde a fraude pode ocorrer dentro da entidade. O objetivo primário do auditor interno é verificar se as ações delegadas pela gestão para a prevenção, deteção e penalização da fraude são realizadas de forma eficiente e eficaz (Esteves, 2012).

Como referido anteriormente, cabe a gestão definir e manter os controlos internos dentro da entidade, definir os sistemas de contabilidade que se adequam melhor a atividade da empresa e estabelecer políticas de organização da empresa de forma a que os seus objetivos sejam cumpridos (Esteves, 2012).

De forma a perceber o desenvolvimento histórico da evolução do papel do Auditor na deteção de erros e fraudes dentro das entidades temos que o seguinte quadro explicativo (Esteves, 2012):

DE 1844 A 1920	Neste período, a deteção de erros e fraudes é o objetivo principal do auditor dentro das entidades.
DE 1920 A 1960	Os auditores deixam de ter responsabilidade na deteção de erros e fraudes, passando essa mesma responsabilidade para os gestores das entidades. A função principal dos auditores passou a ser a avaliação e adoção dos melhores sistemas de controlo interno que se adequavam a atividade das entidades. Isso provocou modificações na informação que vinha estipulada nos relatórios financeiros. A informação contida nesses mesmo relatórios passou a ser considerada como uma fonte de informação primordial para a tomada de decisão.
DE 1960 A 1980	Nesta altura, a função de deteção de erros e fraudes tinha sido destituída pelos profissionais de auditoria, mas não pelos utilizadores da informação financeira pois impuseram a restauração desse objetivo.
APÓS 1980	Após 1980, gerou-se uma grande preocupação por parte dos auditores relativamente a deteção de erros e fraudes devido a duas grandes razões: <ul style="list-style-type: none"> • Aos vários casos de fraude sucedidos nas empresas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Ao aumento das críticas por parte da sociedade de acordo com o papel, as responsabilidades e a função do auditor na detecção e relato de fraudes.
--	---

Tabela 6 - A Evolução do papel do Auditor no combate a Fraude. Fonte: Esteves, 2012, pág. 7

3 - Relação entre Contabilidade e Auditoria Financeira

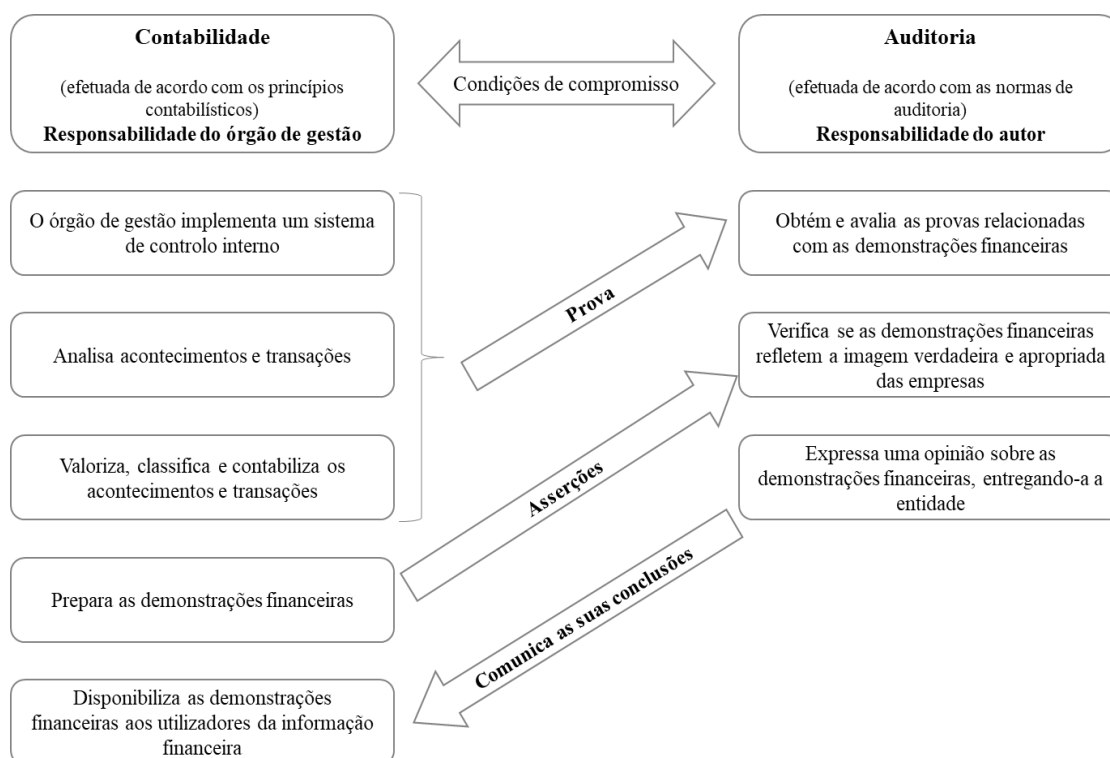
Como conclusão, será abordado a relação entre a contabilidade e auditoria, de modo a perceber as vantagens e desvantagens dessa relação, e de que forma estas se podem auxiliar no desempenho dos seus trabalhos. A contabilidade e a auditoria são duas áreas distintas, mas que, no entanto, dependem bastante uma da outra, uma vez que, sem Auditoria não existem contas auditadas e sem Contabilidade não se pode realizar trabalhos de Auditoria (Barbosa, 2018).

A base de um trabalho de auditoria é a informação financeira e as demonstrações financeiras elaboradas pelos contabilistas de diversas entidades. É a partir desses dados que os auditores vão trabalhar na detecção de erros e fraudes, de forma a demonstrar uma opinião sobre a qualidade e fiabilidade da informação financeira que vem dessas mesmas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras devem realçar uma imagem verdadeira e apropriada sobre a situação económica da entidade, sendo essa informação de importante valor para qualquer mercado de capital (Figueiredo, 2012).

Se as demonstrações financeiras não forem preparadas de acordo com os pressupostos contabilísticos exigidos, esse acontecimento deve ser divulgado. Neste sentido, o auditor desempenha um papel fundamental, na qualidade de garantir o rigor da informação financeira que a empresa transmite ao mercado, nomeadamente, aos stakeholders (Figueiredo, 2012).

Segundo (Almeida, 2017): *“a contabilidade envolve a identificação, valorização, classificação, contabilização dos acontecimentos e transações que envolvem a entidade, sendo em última instância refletidos nas demonstrações financeiras. O objetivo da contabilidade é a comunicação de informação financeira relevante para o processo de tomada de decisão”*. Ainda reforça que: *“a auditoria às demonstrações financeira visa obter evidências sobre as asserções do órgão de gestão (...). A auditoria confere credibilidade às demonstrações financeiras preparadas pelo órgão de gestão.”*

Assim, a natureza destas duas áreas é bastante divergente, mas o intuito de obter demonstrações financeiras que representem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da entidade e os resultados das suas operações é igual para ambas. O seguinte esquema explica como a contabilidade e a auditoria se relacionam:



Esquema 3 - Relação entre contabilidade e auditoria. Fonte: Almeida (2017), pág. 38

4 - Questões de Investigação

Depois de se ter elaborado a revisão da literatura acima descrita surgem as seguintes questões de investigação, as quais se pretende obter resposta ao longo deste estudo que agora se sintetizam no seguinte quadro:

QUESTÕES	CAPÍTULO / AUTOR
P1 - A informação contabilística é reportada de forma a que os stakeholders/diretores sejam atualizados sobre a situação financeira da entidade à data mais recente?	(Figueiredo, 2012) Capítulo 1
P2 - A informação contabilística apresentada nas demonstrações financeiras é perceptível e fiável para os utentes da informação financeira?	(Soares, 2010) Capítulo 1

P3 - O departamento de contabilidade apresenta as suas funções devidamente definidas dentro da entidade?	(Barbosa, 2018) Capítulo 1
P4 - A gestão de topo de uma organização pode influenciar a confiança dos seus registos contabilísticos?	(Figueiredo, 2012) Capítulo 1
P5 - As demonstrações financeiras elaboradas pelos contabilistas são preparadas e divulgadas mediante o pressuposto da continuidade da entidade?	(Alves, 2017) Capítulo 1
P6 - A informação presente nos relatórios de auditoria transpõe de forma correta e livre de preconceitos relativamente a situação da organização?	(Alves, 2017) Capítulo 2
P7 - O auditor avalia se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são realizadas de forma eficiente e eficaz?	(Esteves, 2012) Capítulo 2
P8 - O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente na sua opinião acerca das demonstrações financeiras da entidade?	(Almeida, 2017) Capítulo 2

Tabela 7 - Questões de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Introdução

Com a realização desta investigação pretende-se averiguar e demonstrar a importância da contabilidade para a realização de um trabalho de auditoria, cuja o grande objetivo é obter demonstrações financeiras credíveis, realçando uma imagem verdadeira e apropriada sobre a situação económica de qualquer entidade (Barbosa, 2018).

É neste ponto que vão ser destacados os métodos de a utilizar para responder as perguntas de investigação, determinar o tipo de investigação, as variáveis que irão ser estudadas, a amostra escolhida e, por fim, a ferramenta de recolha de dados a utilizar.

Antes de iniciar esse estudo, é necessário compreender o que é a metodologia e em que consiste. Uma definição bastante destacada ao longo desta leitura foi a definição dada por (Sousa & Baptista, 2011) que destaca o seguinte: *“A metodologia em investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretende atingir.”*

Segundo Teixeira (2006, p.72) *“é através da metodologia que se estuda, descreve e explica os métodos que se vão aplicar ao longo do trabalho, procurando garantir a exatidão e legitimidade dos resultados de forma a sistematizar os procedimentos adotados durante as várias etapas”*.

Em seguida é essencial definir o tipo de método de investigação. Segundo (Sousa & Baptista, 2011) a investigação trata-se de um processo de estruturação do conhecimento, tendo como objetivo conceber um novo conhecimento ou validar algum conhecimento já anteriormente estudado.

Esse mesmo autor defende que existem três tipos de métodos de investigação:

1. QUANTITATIVO: procura descrever, contextualizar ou explicar o objeto em estudo através de técnicas estatísticas, confirmando ou infirmando hipóteses e generalizando fenómenos e comportamentos;
2. QUALITATIVO: desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados. Procura compreender e explicar o objeto em estudo, considerando o seu contexto histórico, tecnológico, socioeconómico e cultural;

3. MISTO: compreende a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa.

No seguimento deste raciocínio, vem os tipos de estudos de investigação que se enquadram em quatro categorias (Sousa & Baptista, 2011):

1. EXPLORATÓRIOS: pretendem reconhecer uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de compreensão da mesma;
2. EXPLANATÓRIOS: pretendem esclarecer o que origina o fenómeno em estudo e identificar o que afeta o mesmo;
3. DESCRITIVOS: pretendem descrever de forma rigorosa e clara um dado objeto de estudo na sua estrutura e funcionamento;
4. PREDITIVOS: pretendem prever os resultados de um fenómeno e prever os seus eventos e comportamentos.

1 - Estudo Caso

Assim, uma vez que, o tema desta investigação é *“A eficácia de um trabalho de auditoria sob o pressuposto de boas praticas contabilísticas”* e se tratar de um estudo de carácter mais prático, traduz-se num estudo exploratório, quantitativo, uma vez que, a pesquisa tem como intuito descrever e explicar conceitos sem alterar o seu fundo, através de um inquérito como técnica de recolha de dados.

Com isto, acompanhou-se a linha de pensamento de utilizada por Figueiredo (2012), Rocha (2016) e Barbosa (2018) que trataram de investigações semelhantes e com objetivo de estudo relativamente idênticos, atualizando os dados para o ano 2019 e aplicando o tema para empresas do sector da Indústria Transformadora em Portugal.

Assim, para (Gil, 2008), a pesquisa exploratória *“têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”* Ainda refere que de todos os tipos de pesquisas existentes, este é o que apresenta menor rigidez no seu planeamento. Por fim, ainda refere que *“as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”*

1.1 – Evidências Empíricas

De forma a garantir uma resposta para o estudo desta investigação, é necessário a formulação das hipóteses. As hipóteses podem surgir na observação de factos, nos

resultados de outras pesquisas anteriormente estudadas ou em teorias já existentes (Gil, 2008), que é o caso desta presente investigação.

Assim sendo, Rocha (2016) decidiu investigar se as elaborações de boas práticas contabilísticas eram consideradas de elevada importância para a continuidade da entidade. Dos diversos relatórios de gestão analisados no estudo de Rocha (2016), foi concluído que o sistema de controlo interno na área da contabilidade, nomeadamente, a preparação e divulgação da informação financeira assenta em diversos elementos chave, dos quais se destacam dois: o primeiro enuncia que *“Os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira”*, o segundo reforça que *“A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental.”* (Rocha, 2016: pág. 105).

Deste modo, tenciona-se investigar se o trabalho contabilístico efetuado nas entidades é realizado de modo a que os stakeholders sejam sempre devidamente informados acerca da situação da entidade.

Coloca-se assim a seguinte hipótese em questão:

H1 - O trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade.

Seguidamente, Figueiredo (2012) decidiu estudar se o grau de confiança na gestão de topo poderia ter impacto nos registos contabilísticos de uma entidade, afirmando que a informação financeira apresenta um papel bastante relevante na entidade, uma vez que, esta tem como intuito garantir a fiabilidade e salvaguarda dos ativos da empresa. Essa salvaguarda passa pelo órgão de gestão, este é responsável pela criação de um sistema de controlo interno dentro da empresa de modo a evitar situações de fraudes e também é responsável pela verificação do trabalho contabilístico nas entidades.

Os resultados obtidos por Figueiredo (2012) demonstraram que o órgão de gestão está atento ao controlo interno na maioria das empresas. Também verificou que o órgão de gestão da maioria das empresas está suscetível a melhorias nos sistemas de controlo interno de modo a garantir a salvaguarda dos ativos.

Assim sendo, pretende-se investigar se a gestão de topo de uma entidade pode influenciar a informação contabilística reportada nas demonstrações financeiras.

Coloca-se assim a seguinte hipótese:

H2- O nível de confiança na gestão de topo pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização.

Posteriormente, Barbosa (2018) decidiu estudar se a opinião do auditor acerca das demonstrações financeiras influencia a credibilidade e a fiabilidade da informação nelas contida, onde se questionou se a atividade de auditoria poderia auxiliar a contabilidade a divulgar a sua situação económico-financeira das entidades, de forma verdadeira e apropriada, tendo em conta as normas e procedimentos contabilísticas aplicáveis. No estudo de Barbosa (2018) foi concluído que, o auditor ao emitir uma opinião fidedigna sobre as demonstrações financeiras afeta a credibilidade e a fiabilidade percebida pelos utentes da informação financeira.

Assim sendo, pretende-se investigar primeiramente se informação contabilística apresentada nas demonstrações financeiras é perceptível e fiável para os stakeholders e seguidamente perceber se a informação presente nos relatórios de auditoria transpõe de forma correta e livre de preconceitos relativamente a situação da organização.

Coloca-se assim a seguinte hipótese:

H3 - A informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira.

Por fim, Barbosa (2018) também optou por investigar se a independência do auditor afeta a confiança dos *stakeholders* na fiabilidade e credibilidade do relato financeiro. Com o estudo realizado foi concluído que, se a atividade de auditoria aumenta a confiança dos mesmos, e esta for realizada com independência de modo a garantir a fiabilidade da informação financeira, constata-se que a independência do auditor tem repercussões na confiança dos *stakeholders* na informação financeira.

Assim sendo, pretende-se investigar se o auditor executa o seu trabalho de modo a que a sua opinião acerca das demonstrações financeiras seja independente.

Coloca-se assim a seguinte hipótese:

H4- O auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade.

1.2 - Hipóteses de Investigação

Segundo (Sousa & Baptista, 2011): “As hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto e, habitualmente, são desenvolvidas com base em estudos anteriormente realizados de acordo com o tema escolhido.”

Para esta investigação foram identificados os seguintes objetivos de estudo, como referido acima, acompanhando a linha de pensamento utilizada por Figueiredo (2012), Rocha (2016) e Barbosa (2018) permitindo definir as hipóteses de investigação:

H1- O trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade;

H2- O nível de confiança na gestão de topo pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização;

H3 - A informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira;

H4- O auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade.

Face a estas hipóteses e nos seguintes quadros resumo é feita a relação entre as perguntas de investigação e as hipóteses criadas:

HIPÓTESES	QUESTÕES
<p style="text-align: center;">H1</p> <p>O trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade.</p>	<p>P1 - A informação contabilística é reportada de forma a que os stakeholders/diretores sejam atualizados sobre a situação financeira da entidade a data mais recente?</p>
	<p>P3 -O departamento de contabilidade apresenta as suas funções devidamente definidas dentro da entidade?</p>

	P5 - As demonstrações financeiras elaboradas pelos contabilistas são preparadas e divulgadas mediante o pressuposto da continuidade da entidade?
--	---

Tabela 8 - Relação entre H1 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020

Assim, com **H1**, pretende-se perceber se o trabalho por parte do contabilista é realizado de forma a que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados, a data mais recente, da situação financeira da entidade e de forma a que o trabalho dos mesmo assegure a sua continuidade da entidade. Desta forma, com **P3** é possível entender se o departamento da contabilidade apresenta as suas funções devidamente estipuladas dentro da organização de modo a que o contabilista realiza o seu trabalho de forma eficaz e, com **P1** e **P5**, se o trabalho do contabilista é realizado de forma a assegurar a continuidade da entidade.

HIPÓTESE	QUESTÃO
H2 O nível de confiança na gestão de topo pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização.	P4 - A gestão de topo de uma organização pode influenciar a confiança dos seus registos contabilísticos?

Tabela 9 - Relação entre H2 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020

Com **H2**, pretende-se compreender se a gestão de topo de uma entidade pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma entidade. Assim com **P4**, pretende-se verificar se o comportamento da gestão de topo afeta não só os registos contabilísticos como o desempenho da entidade.

HIPÓTESE	QUESTÃO
H3 A informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira.	P2 - A informação contabilística apresentada nas demonstrações financeiras é perceptível e fiável para os utentes da informação financeira?
	P6 - A informação presente nos relatórios de auditoria transpõe de forma correta e livre de preconceitos relativamente a situação da organização?

Tabela 10 - Relação entre H3 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020

Com **H3**, pretende-se averiguar se a informação financeira que consta nas demonstrações financeiras se trata de uma informação livre de preconceitos, nomeadamente com **P2**, entender se a informação é perceptível e fiável para os utentes da informação, e com **P6** se a informação avaliada pelos auditores, é transposta nos relatórios de forma correta e corresponde a informação financeira divulgada pelos contabilísticas.

HIPÓTESE	QUESTÃO
<p style="text-align: center;">H4</p> <p>O auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade</p>	<p>P7 - O auditor avalia se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são realizadas de forma eficiente e eficaz?</p>
	<p>P8 - O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente na sua opinião acerca das demonstrações financeiras da entidade?</p>

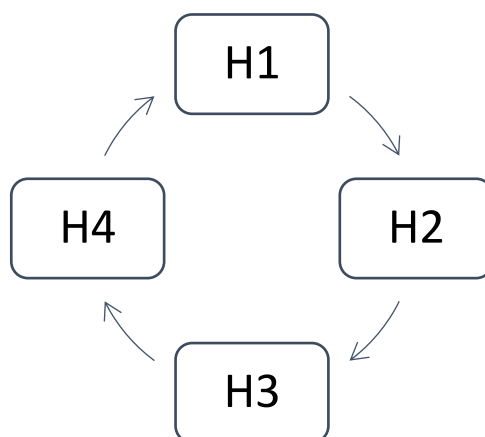
Tabela 11 – Relação entre H4 e as perguntas de investigação. Fonte: Elaboração própria, 2020

Por fim, mas não menos importante, com **H4** pretende-se verificar se o trabalho do auditor é realizado de forma a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras apresentadas e acima de tudo credível. Assim, com **P7**, pretende-se verificar se o auditor avalia se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são efetivamente realizadas, e com **P8**, se o trabalho do auditor é realmente objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras.

1.3 - Modelo de Análise

O modelo de análise consiste na elaboração de um esquema teórico representativo de um fenómeno ou de um conjunto de fenómenos. Assim, após a realização da revisão de literatura, é essencial estabelecer um processo de seleção do enquadramento teórico relevante para permitir uma conclusão do estudo em questão (Sousa & Baptista, 2011).

Deste modo, as articulações das hipóteses levaram a elaboração do seguinte modelo de análise:



Esquema 4 - Modelo de análise. Fonte: Elaboração própria

Assim, neste esquema está representado como as hipóteses estruturadas se podem relacionar entre si. Desta forma com **H1**, avalia se o trabalho contabilístico realizado é efetuado de forma a que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados acerca da situação da entidade à data mais recente e se os contabilistas asseguram a continuidade da entidade. Essa informação necessita de ser aprovada pela gestão de topo, e desta forma surge **H2**, onde se quer verificar se a gestão de topo pode de certa forma influenciar a credibilidade dos registos contabilísticos de uma entidade.

Seguidamente, surge **H3**, onde se pretende verificar se a informação divulgada se encontra livre de preconceitos e perceptível para os respetivos utentes da informação financeira. Por fim, surge **H4**, onde se pretende estudar se toda a informação reportada nas demonstrações financeiras desde então, chegue ao auditor de forma correta e se o mesmo avalia devidamente as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são devidamente realizadas e se a opinião que o auditor emite é realmente independente. Tudo o que for avaliado pelo auditor **H4** pode vir a influenciar o trabalho por parte dos contabilistas **H1**, uma vez que, a opinião que o auditor emite acerca das demonstrações financeiras da entidade é informação reportada e elaborada pelos contabilistas da entidade.

Desta forma, será possível concluir se as boas praticas contabilísticas influenciam a realização de um trabalho de auditoria. Tendo em consideração a relação entre as quatro hipóteses foi-lhes atribuída uma preponderância percentual idêntica, 25% a cada uma.

1.4 - Definição da Amostra

Segundo (Sousa & Baptista, 2011): *“Uma análise a uma amostra, ou seja, a inquirição a um número restrito de pessoas, com a condição de que estas tenham sido corretamente escolhidas, permite obter as mesmas informações com uma margem de erro (...).”*

Assim, podemos definir a população como um conjunto de elementos que expõem uma ou diversas características em conjunto enquanto que a amostra representa um subconjunto da população (Teixeira, 2006).

Este estudo apresenta como amostra empresas do sector da indústria transformadora em Portugal. Por se tratar de um sector em crescimento, conjugada com uma grande revolução tecnológica, e com a importância que estas empresas apresentam na evolução da produtividade económica onde a atividade de contabilidade e auditoria é bastante requisitada e necessária, despertou curiosidade para o estudo do tema desta dissertação neste sector (Aguar & M.F Martins, 2004).

As empresas escolhidas são para as pequenas, médias e grandes empresas nacionais que se enquadram no sector da indústria transformadora, através do seu CAE (CAE-rev3: 10; 11; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 51; 52; 53; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 66; 69; 71; 72; 73; 75; 86). Neste sector fazem parte empresas da indústria alimentar, bebidas, vestuário, fabricação de têxteis, indústria de couro e produção de couro, entre outros tantos, obtendo-se uma amostra de 8146 empresas, tudo retirado da plataforma SABI.

1.5 - Recolha de dados

As técnicas de recolha de dados permitem recolher os dados necessários para desenvolver o estudo em questão. O método de estudo escolhido foi o método quantitativo tendo em conta as técnicas de recolha de dados primários, uma vez que, são informações que o investigador adquirir através da realização e aplicação de inquéritos (Sousa & Baptista, 2011).

Segundo (Gil, 2008), o questionário é definido como a técnica de investigação constituído por um leque de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos. Duas grandes vantagens que este método apresenta, é primeiramente a garantia do anonimato das respostas e permite a possibilidade de atingir grande número de pessoas.

Relativamente a forma das questões, segundo (Gil, 2008), podem ser definidas três tipos de questões: fechadas, abertas e dependentes. As questões abertas permitem aos inquiridos comunicar as suas próprias respostas o que possibilita uma ampla variedade de respostas. Nas questões fechadas, pretende-se que os inquiridos escolham uma alternativa que são sugeridas. Este tipo de questões são as mais frequentemente utilizadas. Por fim, as questões dependentes, perguntas que só fazem sentido para alguns inquiridos, nomeadamente, na área do enquadramento do estudo.

Assim, para esta investigação, foi elaborado um inquérito por questionário estruturado com questões de resposta fechada, utilizando a escala de Likert, elaborado com um total de 29 perguntas, 5 perguntas iniciais são perguntas acerca do inquirido, 6 perguntas sobre a categoria da empresa e as restantes 18 recaem sobre o estudo em questão.

A divulgação do inquérito ocorreu entre 3 de maio e 31 maio de 2020. Os dados para a procura destas empresas, foram retiradas da plataforma SABI, dados estes que continham informação acerca dos dados financeiros das empresas que fazem parte do sector da Indústria Transformadora em Portugal. Todas as empresas foram escolhidas através do seu CAE e pela sua forma jurídica. A seleção das empresas também passou pelas empresas que apenas informações necessárias para a divulgação dos inquéritos, tais como, *email* e contacto telefónico. Todos os inquéritos foram enviados através de um *email* pessoal. Para a difusão do inquérito foi utilizada a plataforma do *Google Forms*.

Assim sendo, o questionário foi distribuído a 8146 empresas por via *email*, dos quais reponderam 152.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1 - Apresentação e Interpretação dos resultados

Nesta seção serão apresentados e interpretados os resultados adquiridos através do questionário respondido pelas 152 empresas do sector da Indústria Transformadora em Portugal. Pretende-se expor numa primeira fase, através de gráficos, a caracterização da amostra, tanto a nível do inquirido como da entidade, simultaneamente será elaborada uma análise e interpretação dessa informação. Seguidamente, será elaborado uma análise relativamente a contabilidade e a eficácia de um trabalho de auditoria mediante os resultados obtidos. Todos os gráficos irão ter uma análise geral e uma análise de resposta por departamentos.

1.1 - Caracterização da Amostra

Como referido acima, a caracterização da amostra é composta por duas perspetivas: a do inquirido e das empresas.

Caracterização do Inquirido

Nesta perspetiva serão expostos o género, a faixa etária, a profissão atual, o nível de habilitação literária e o número de anos de experiência profissional desempenhado pelos inquiridos.

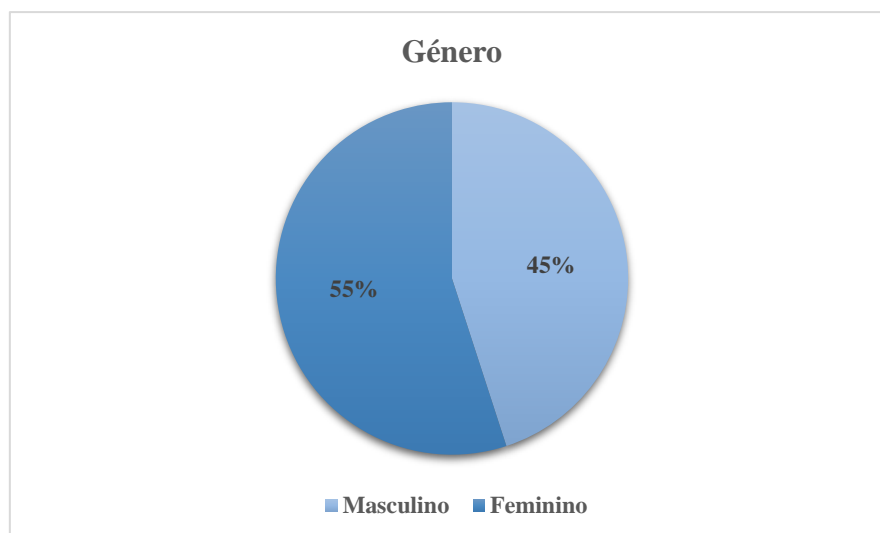


Gráfico 1- Género do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 1). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a observação do gráfico 1 é possível perceber que 45% das repostas obtidas por parte dos inquiridos são do sexo feminino e 55% são do sexo masculino. A amostra

masculina é composta por 83 dos inquiridos enquanto que a amostra feminina é composta por 69 dos inquiridos.

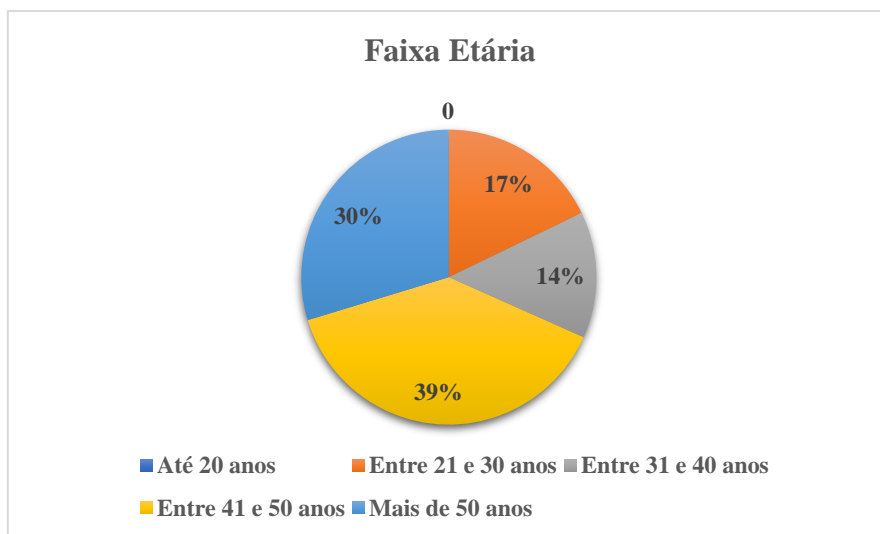


Gráfico 2 - Faixa Etária do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente a faixa etária, podemos observar que no gráfico 2, 27 inquiridos têm idade entre os 21 e 30 anos, que corresponde a 17% das respostas obtidas. Entre os 31 e 40 anos, a percentagem é de 14%, onde fazem parte 21 inquiridos. Para a margem dos 41 aos 50 anos, responderam 59 inquiridos, que representa 39% das respostas obtidas, correspondendo à maior percentagem de respostas. Por fim, 45 inquiridos se enquadram nos mais de 50 anos, que representa 30% das respostas obtidas. É importante realçar que o número de inquiridos até aos 20 anos foi nulo.

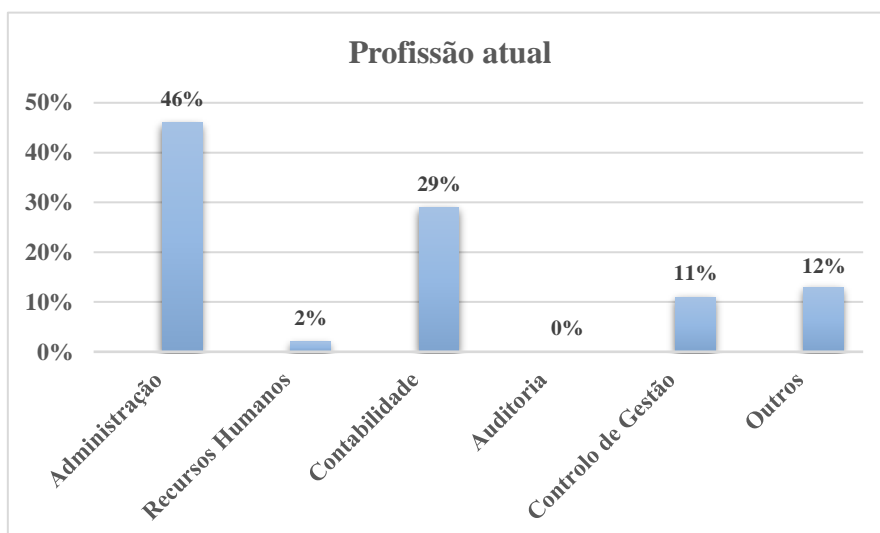


Gráfico 3 - Profissão atual do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Observando o gráfico 3, é possível verificar que 46% (70 inquiridos) das respostas obtidas por parte dos inquiridos realizam funções na área administrativa representando a área com a maior percentagem. Na área dos recursos humanos, apenas 2% (3 pessoas) dos inquiridos se enquadram nesta área. Seguidamente, 29% (44 inquiridos) das respostas obtidas se posicionam na área de contabilidade. Na área de controlo de gestão, estão incluídos 16 inquiridos que representam 11% da amostra. Nas restantes áreas, temos 12% (19 inquiridos) das respostas. Por fim, na área de auditoria não se obteve qualquer resposta.

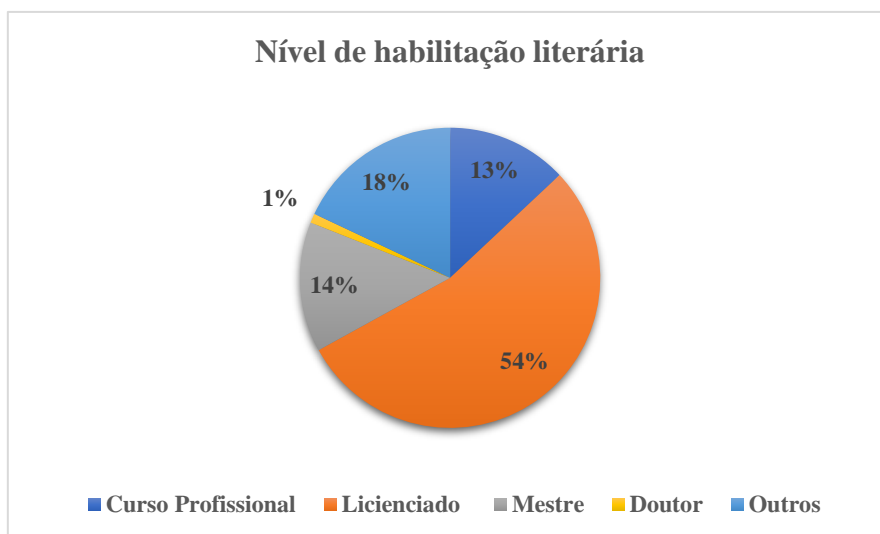


Gráfico 4 - Nível de Habilitação Literária do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Através deste gráfico 4 pode verificar-se que dos 152 inquiridos, 20 ingressaram no curso profissional, 82 são licenciados, 21 são mestres, apenas 1 apresenta grau de doutor e 28 dos inquiridos se encaixam noutra nível de habilitação. Grande parte da amostra é caracterizada por pessoas licenciadas, nomeadamente 54% das respostas obtidas.



Gráfico 5 - Anos de experiência profissional do Inquirido (Identificação do inquirido - questão 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a análise do gráfico 5, é possível observar que 52% dos inquiridos apresentam experiência profissional superior a 20 anos, 79 inquiridos em valor absoluto, que representam a maior percentagem da amostra. Os inquiridos que apresentam experiência profissional entre 10 e 15 anos são os que apresentam percentagem menor, de 12%, que corresponde a 18 inquiridos. Seguidamente, os inquiridos com experiência profissional inferior a 10 anos, representam 21% da amostra, 32 inquiridos, e por fim, entre os 15 e 20 anos de experiência profissional é composta por 15% da amostra, 23 inquiridos.

Caracterização da Entidade

Nesta perspetiva serão apresentados o tipo de sociedade, o número de funcionários que a empresa detém, o seu volume de negócios, o número de funcionários que exercem atividade contabilística e, por fim, o número de auditores presentes na empresa na qual o inquirido realiza as suas funções.



Gráfico 6 - Tipo de Sociedade da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 6, pode observar-se que 68% das empresas são sociedades por quotas e 32% das empresas são sociedades anónimas. Grande parte da amostra é caracterizada por sociedades por quotas, que representam 103 empresas em valor absoluto.

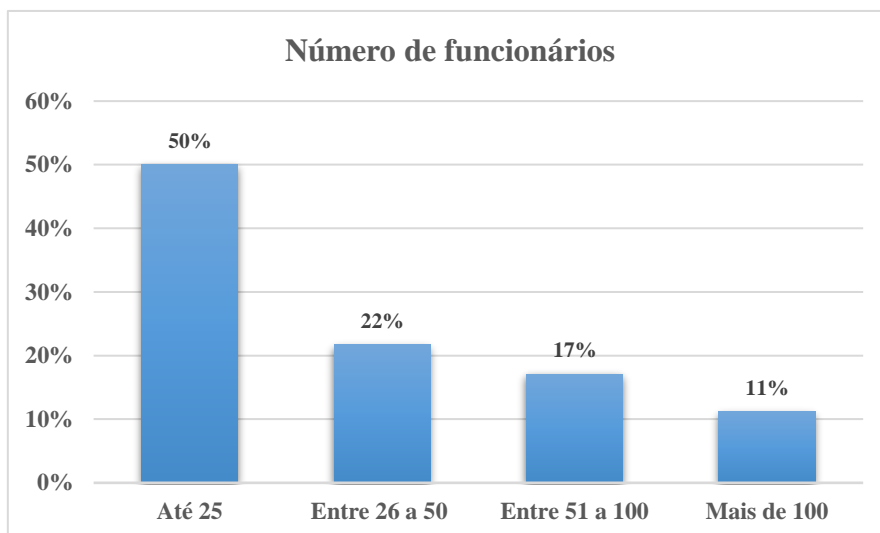


Gráfico 7 - Número de funcionários da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Como é possível observar através do gráfico 7, 50% dos inquiridos desempenham funções em empresas constituídas até 25 funcionários, 22% entre 26 e 50 funcionários, 17% entre 51 e 100 funcionários e 11% empregam mais de 100 funcionários. É importante destacar que à medida que a escala vai aumentando o número de funcionários vai diminuindo.

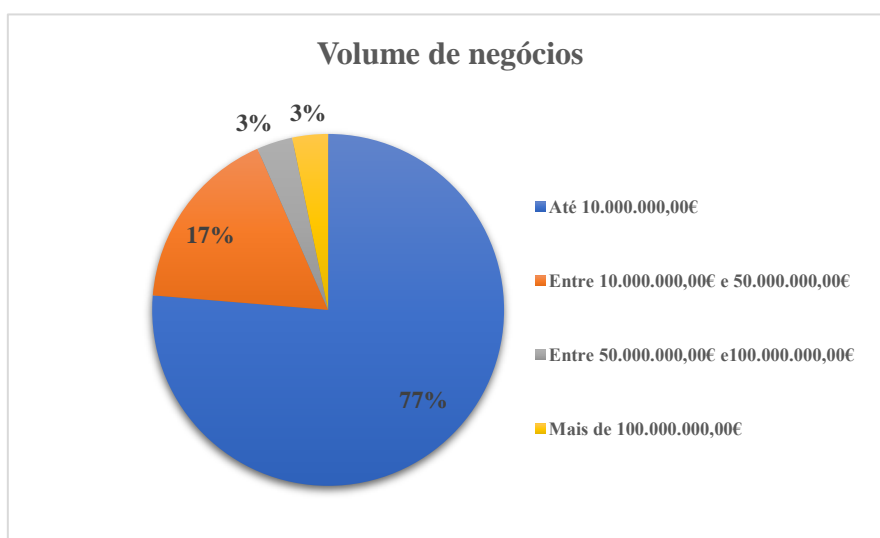


Gráfico 8 - Volume de negócios da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente ao volume de negócios, 77% das empresas apresentam um volume de negócios até os 10.000.000,00€, que representa a maior percentagem da amostra, 17% entre 10.000.000,00€ e 50.000.000,00€ e 3% entre os 50.000.000,00€ e 100.000.000,00€ e mais de 100.000.000,00€.



Gráfico 9 - Volume de negócios da empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a análise do gráfico 9, verifica-se que 91% dos inquiridos realizam funções em empresas que possuem até 3 contabilistas, representando a maior percentagem da amostra, 7% entre 4 e 6 contabilistas e 2% mais de 6 contabilistas.

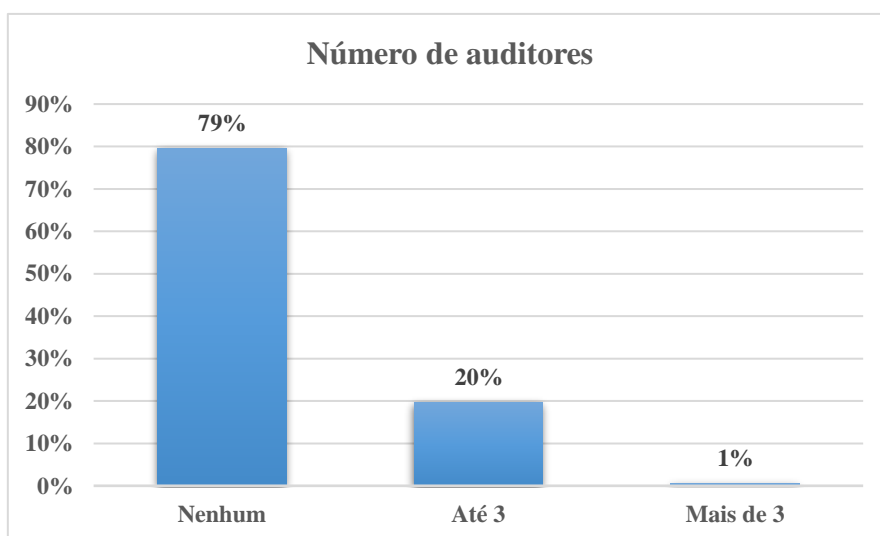


Gráfico 10 - Número de auditores presentes na empresa do Inquirido (Identificação da empresa - questão 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Por fim, observa-se que 79% das empresas em o inquirido realiza as suas funções não tem presente nenhum auditor, representando a maior percentagem da amostra, 20% tem presente até 3 auditores e 1% mais de 3 auditores.

1.2 - As boas práticas contabilísticas e a eficácia de um trabalho de auditoria

Nesta parte do questionário, pretende-se perceber se as boas práticas contabilísticas podem influenciar a realização e a eficácia de um trabalho de auditoria. Através da realização de diversos gráficos será possível observar e apresentar a opinião dos inquiridos relativamente a este tema e as respostas obtidas através do questionário.

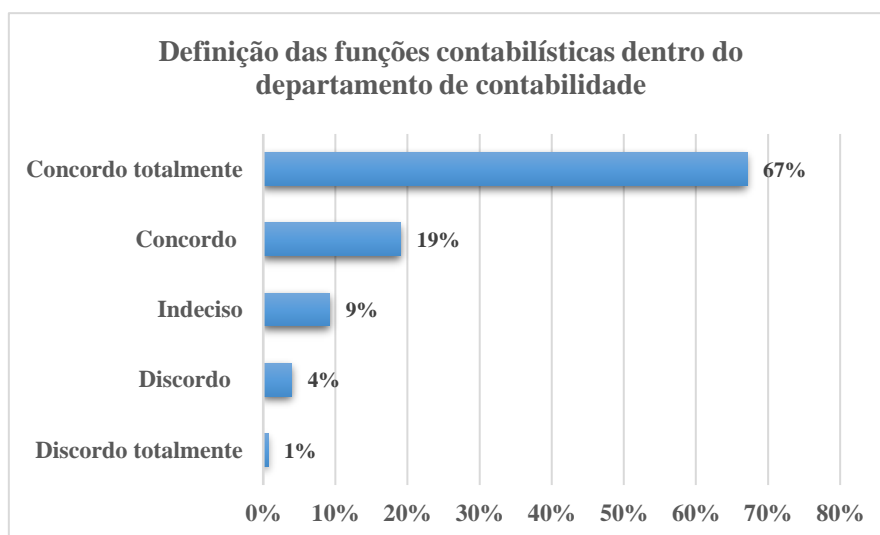


Gráfico 11 - Número de auditores presentes na empresa do Inquirido (pergunta 1). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com o gráfico 11, 67% (102 em valor absoluto) dos inquiridos considera que as funções contabilísticas se encontram totalmente definidas, dentro do departamento de contabilidade da empresa, 19% (29) concorda que essas funções se encontram definidas, 9% responderam com indecisão e 5% não acredita que as funções estão definidas. Assim sendo, 86% da amostra concorda com esta afirmação.

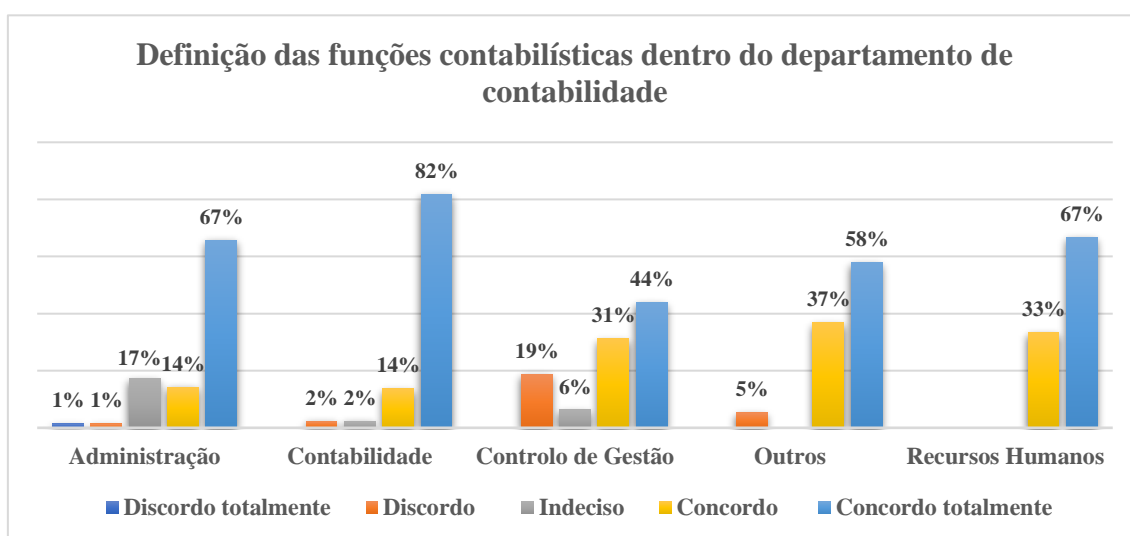


Gráfico 12 - Definição das funções contabilísticas dentro do departamento de contabilidade (pergunta 1). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Uma vez que se obteve respostas de diversos departamentos de várias empresas, será elaborado uma interpretação dos resultados por departamentos, uma vez que, as análises as repostas podem variar.

Mediante a observação do gráfico 12, distribuindo as respostas pelos diversos departamentos, pode concluir-se que as repostas por departamento vão ao encontro da análise em geral, ou seja, grande parte da amostra concorda totalmente que as funções contabilísticas se encontram devidamente definidas dentro do departamento de contabilidade. É importante observar que o discordo totalmente é apenas constituído pelo departamento de Administração.

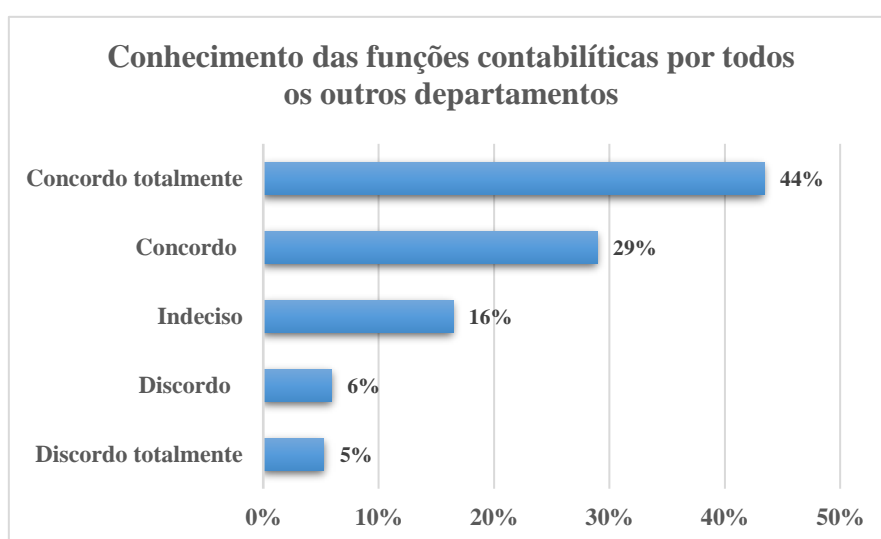


Gráfico 13 - Conhecimento das funções contabilísticas por todos os outros departamentos (pergunta 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a análise do gráfico 13, podemos verificar 44% (66 em valor absoluto) dos inquiridos concorda totalmente que as funções do departamento de contabilidade são conhecidas por todos os outros departamentos da empresa, 29% (44) concorda que os conhecimentos dessas funções se encontram distribuído, 16% (25) dos inquiridos

mostraram-se indecisos e 11% discordam com a afirmação. Deste modo, 72% das respostas obtidas concorda com a afirmação.

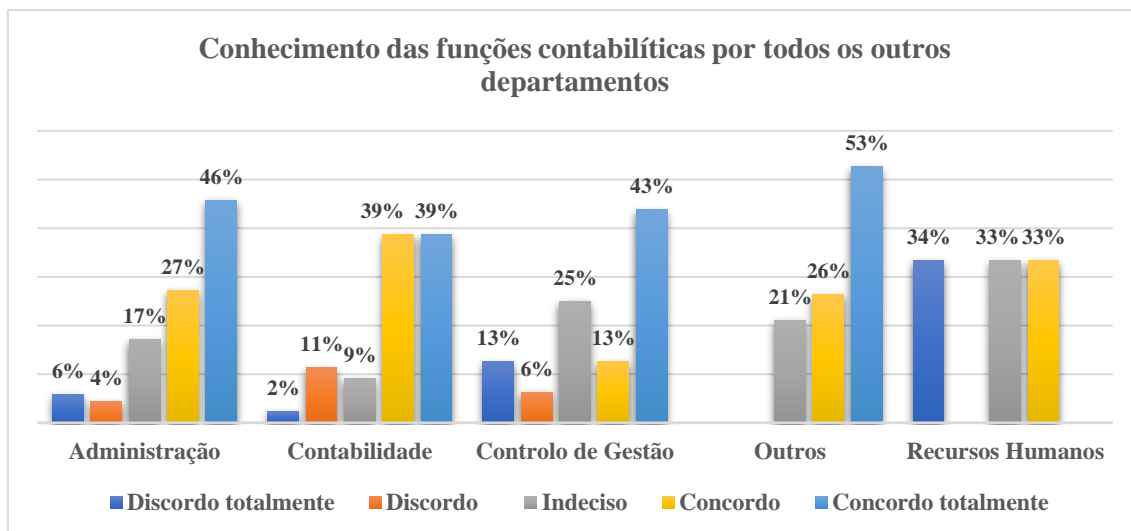


Gráfico 14 - Conhecimento das funções contabilísticas por todos os outros departamentos (pergunta 2). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com o gráfico 14, as respostas da análise geral estão em conformidade com análise das respostas obtidas por departamentos, ou seja, grande parte da amostra concorda totalmente com a afirmação, apenas o departamento dos recursos humanos é que não partilha da mesma opinião.

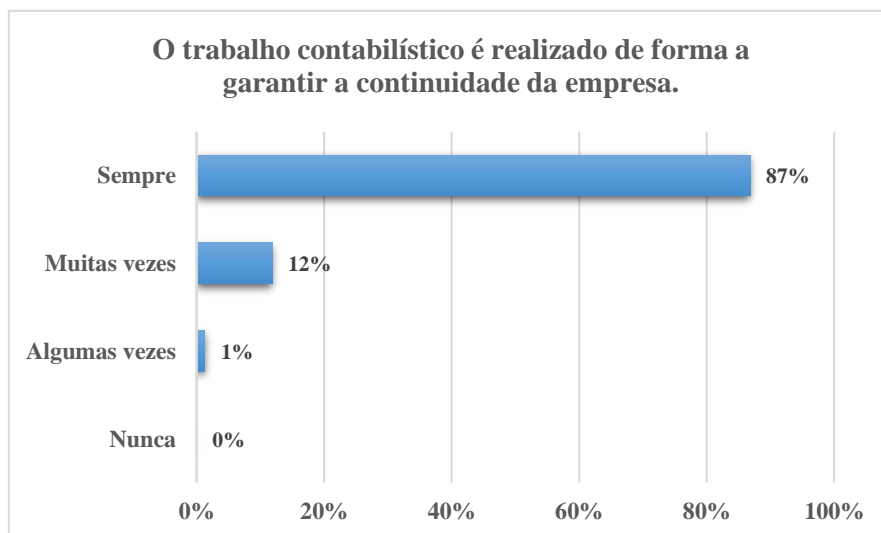


Gráfico 15 - O trabalho contabilístico é realizado de forma a garantir a continuidade da empresa (pergunta 3). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Através da observação do gráfico 15, podemos concluir que 87% (132 em valor absoluto) dos inquiridos garante que o trabalho contabilístico é sempre realizado de forma a garantir a continuidade da empresa, 12% (18) afirma que muitas vezes o trabalho por parte dos

contabilísticas é realizado mediante o pressuposto da continuidade e 1% (2) confirma que apenas é realizado algumas vezes.

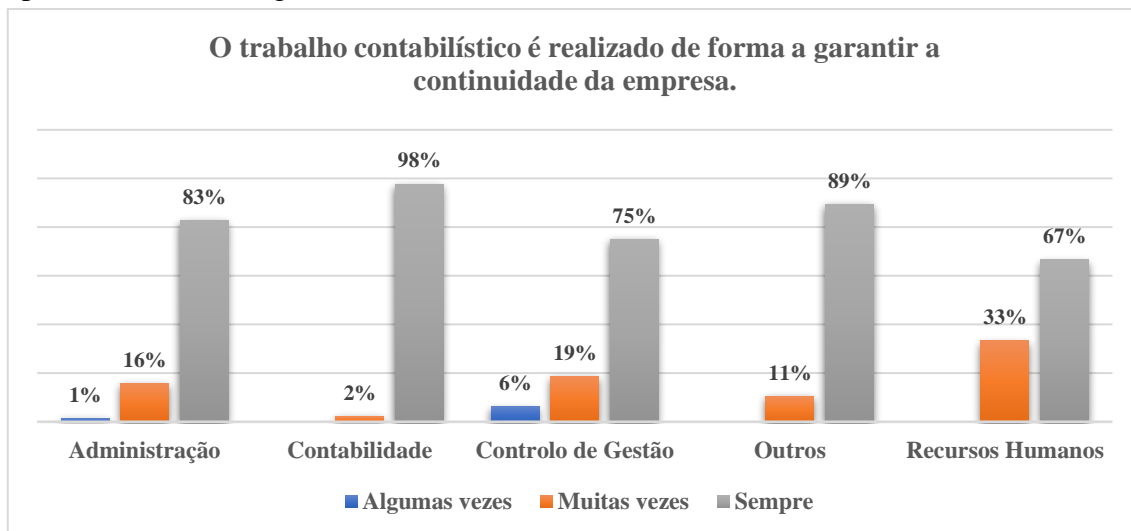


Gráfico 16 - O trabalho contabilístico é realizado de forma a garantir a continuidade da empresa (pergunta 3).
Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente à distribuição dos resultados por departamentos, a análise geral vai ao encontro da análise por departamentos, a maior parte da amostra admite que todo o trabalho contabilístico é sempre realizado de forma a garantir a continuidade da empresa. Apenas os departamentos de administração e controlo de gestão acreditam que esse trabalho é realizado apenas algumas vezes dentro da empresa.

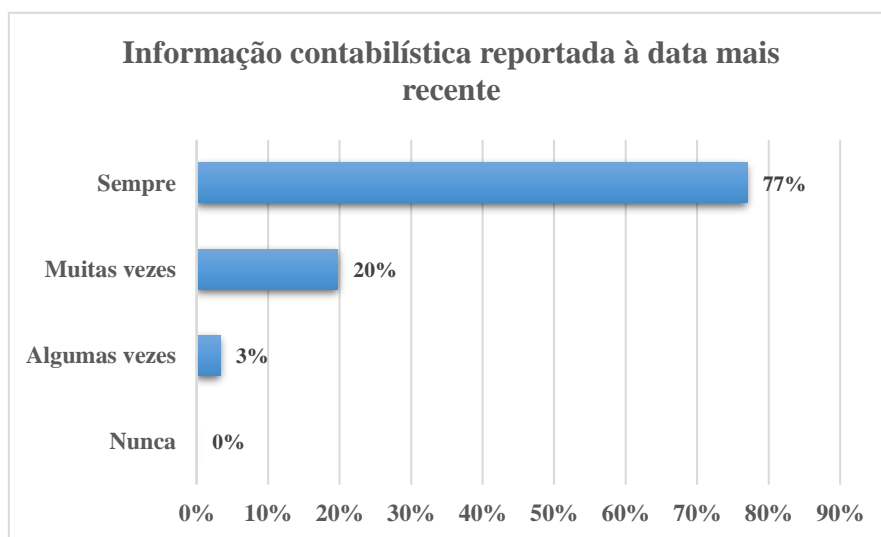


Gráfico 17 – Informação contabilística reportada à data mais recente (pergunta 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Tendo em conta o gráfico 17, 77% (117 em valor absoluto) dos inquiridos afirma que toda a informação contabilística é sempre reportada à data mais recente, 20% (30) considera que muitas vezes a informação é reportada à data mais recente e 3% refere que este processo é apenas realizado algumas vezes. Destaca-se, mais uma vez, que nenhum dos inquiridos considera que a informação nunca foi reportada à data mais recente, sendo grande parte da amostra constituída pela opção “sempre”.

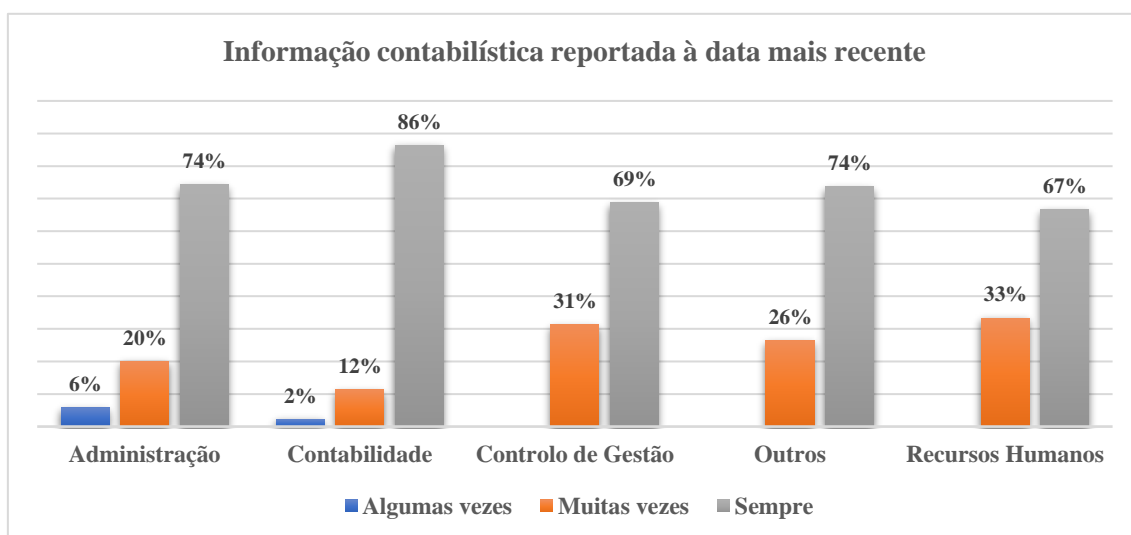


Gráfico 18 — Informação contabilística reportada à data mais recente (pergunta 4). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a observação do gráfico 18, pode observar-se que a análise geral é coerente com a análise por departamentos, ou seja, grande parte da amostra considera que a informação contabilística é sempre reportada à data mais recente dentro da empresa, apenas os departamentos de administração e contabilidade apresentam uma perspetiva de que este procedimento é apenas realizado algumas vezes.

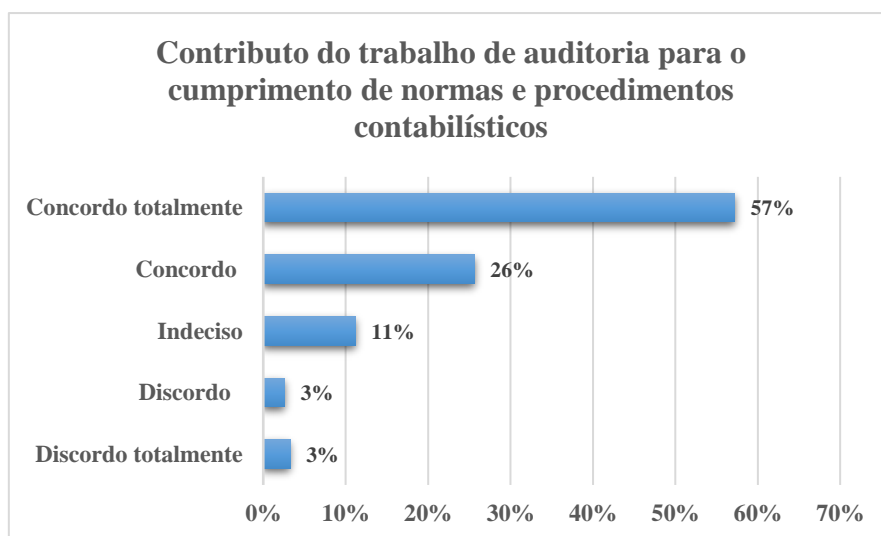


Gráfico 19 - Contributo do trabalho de auditoria para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos (pergunta 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Como é possível verificar, 57% (87 em valor absoluto) dos inquiridos concordam totalmente que o trabalho de auditoria dentro da empresa contribui para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos, 26% (39) concorda com esse contributo, 11% (17) responderam com indecisão e 6% (9) discordam com a afirmação. Isso significa que 83% da amostra, concorda com a afirmação.

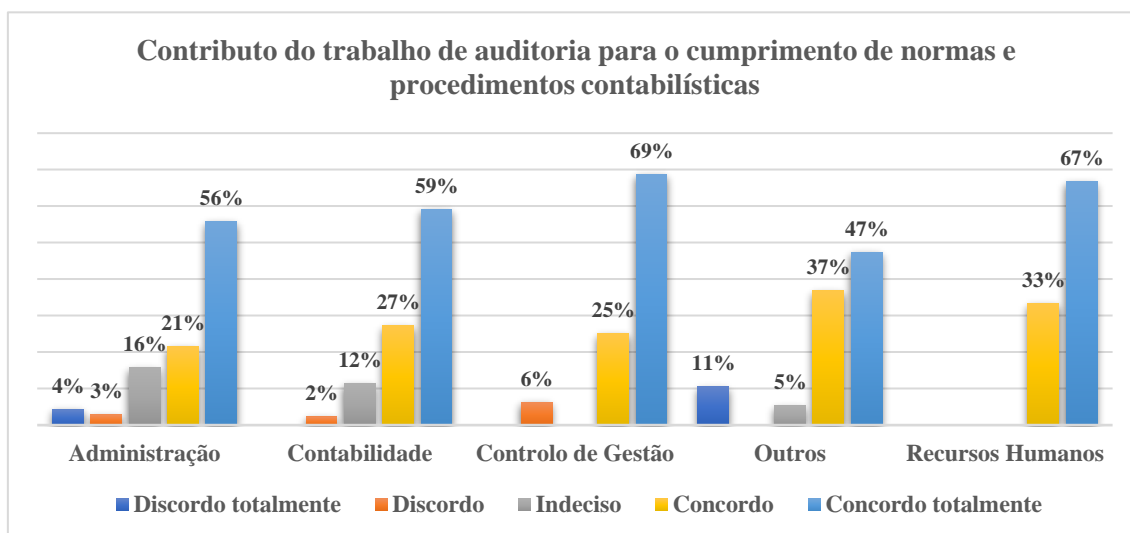


Gráfico 20 - Contributo do trabalho de auditoria para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos (pergunta 5). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Olhando para o gráfico 20, podemos observar que a análise da amostra geral vai ao encontro da análise realizada por departamentos, ou seja, a maior parte da amostra concorda que o trabalho de auditoria dentro da empresa contribui para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos. Apenas os departamentos de administração e “outros” é que não concordam com a afirmação.

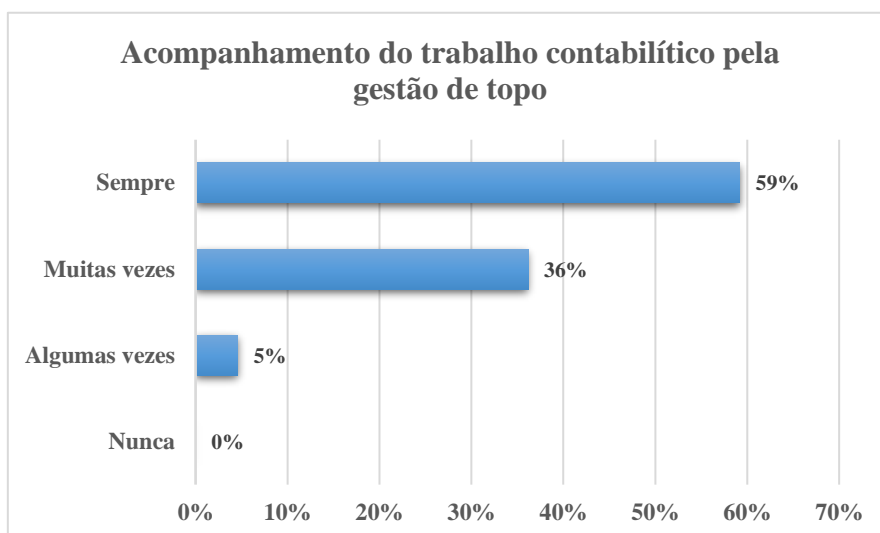


Gráfico 21 – Acompanhamento do trabalho contabilístico pela gestão de topo (pergunta 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com o gráfico 21, 59% (90 em valor absoluto) dos inquiridos considera que a gestão de topo acompanha sempre ao pormenor todo o trabalho realizado por parte dos contabilistas dentro da empresa, 36% avalia que esse acompanhamento é realizado muitas vezes e 5% apenas algumas vezes. Nenhum dos inquiridos considera que esse acompanhamento nunca foi realizado.

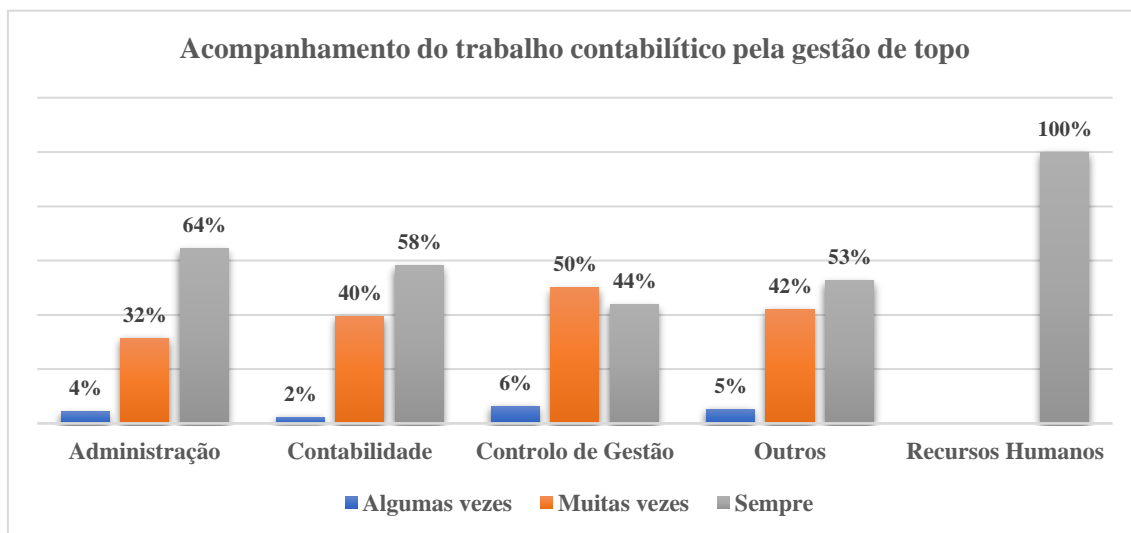


Gráfico 22 - Acompanhamento do trabalho contabilístico pela gestão de topo (pergunta 6). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente ao gráfico (22) por departamentos, conclui-se que a análise à amostra geral vai ao encontro da análise da amostra por departamentos, ou seja, grande parte da amostra acredita que a gestão de topo acompanha sempre ao pormenor todo o trabalho realizado por parte dos contabilistas dentro da empresa, apenas o departamento de controlo de

gestão não partilha da mesma opinião, considera que esse acompanhamento é realizado muitas vezes mas não sempre.

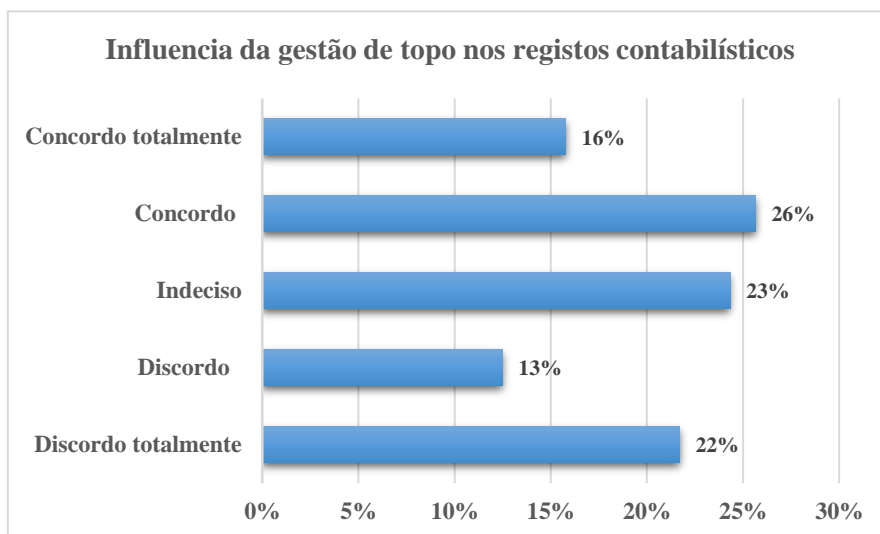


Gráfico 23 – Influencia da gestão de topo nos registos contabilísticos (pergunta 7). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Mediante a observação do gráfico 23, pode verificar-se que 16% (24 em valor absoluto) dos inquiridos concordam totalmente que a gestão de topo influencia os registos contabilísticos da empresa, 26% (39) apenas concordam com a afirmação, o que significa que 42% da amostra está de acordo com a afirmação. Destaca-se que 23% (37) dos inquiridos se mostraram indecisos e que 35% não concordam com a afirmação.

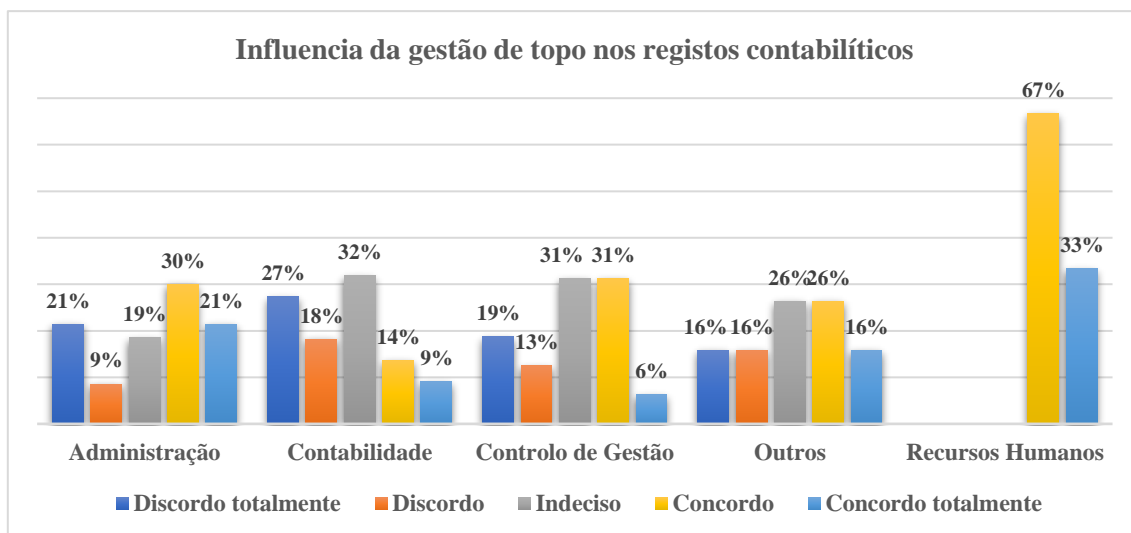


Gráfico 24- Influencia da gestão de topo nos registos contabilísticos (pergunta 7). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Em relação a análise por departamentos, este vai ao encontro da análise geral. Grande parte dos departamentos concordam que a gestão de topo pode influenciar os registos contabilísticos de uma empresa, os departamentos de contabilidade e controlo de gestão

é que se mostraram mais indecisos. O departamento dos recursos humanos apenas concorda com a afirmação, não se revela indeciso nem discorda.

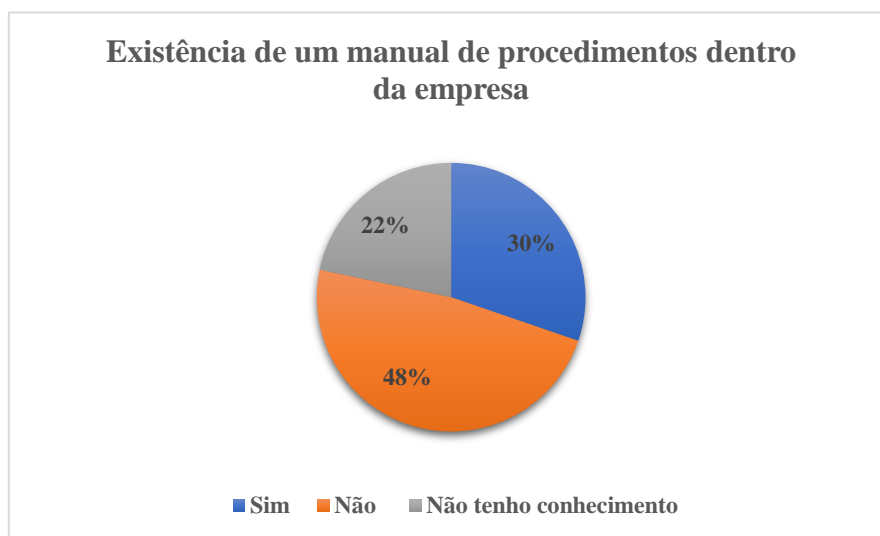


Gráfico 25- – Existência de um manual de procedimentos dentro da empresa (pergunta 8). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Conforme a interpretação do gráfico 25, podemos observar que 22% dos inquiridos não tem conhecimento da existência de um manual de procedimentos dentro da empresa que possa auxiliar a gestão de topo na realização das suas tarefas, 30% dos inquiridos afirmam que existe um manual de procedimentos e 48% dos inquiridos afirmam que não existe.

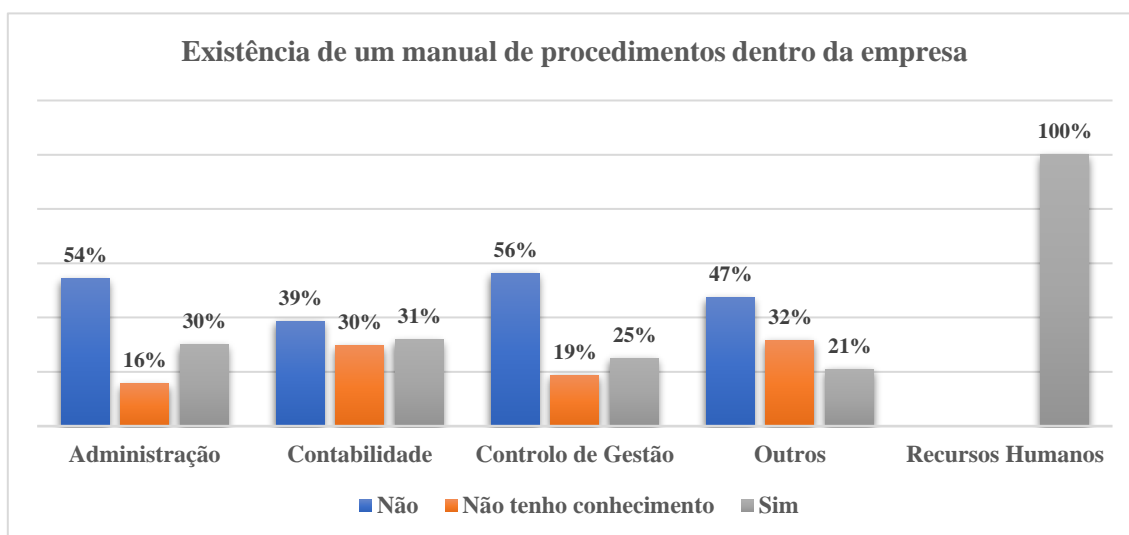


Gráfico 26 - Existência de um manual de procedimentos dentro da empresa (pergunta 8). Fonte: Elaboração Própria, 2020

No que se refere à análise por departamentos, esta é coerente à análise em geral, ou seja, grande parte da amostra não considera existir um manual de procedimentos dentro da empresa. O departamento de recursos humanos é o único que afirma a 100% a existência

de um manual de procedimentos dentro da empresa. Os restantes departamentos apresentam opiniões bastante divididas, mas todos apresentam maior percentagem na não existência de um manual de procedimentos.

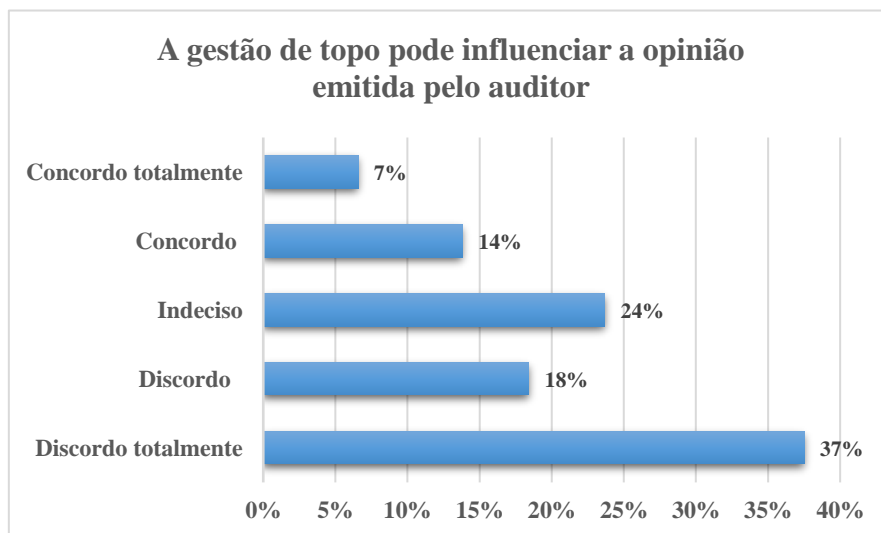


Gráfico 27 - A gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor (pergunta 9). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Dos 152 inquiridos, pode concluir-se que 55% discorda que a gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor nos seus relatórios, representado grande parte da amostra. Com isto, 24% (36 em valor absoluto) dos inquiridos mostraram-se indecisos e 21% concorda que a gestão de topo interferir na opinião emitida pelo auditor nos seus relatórios.

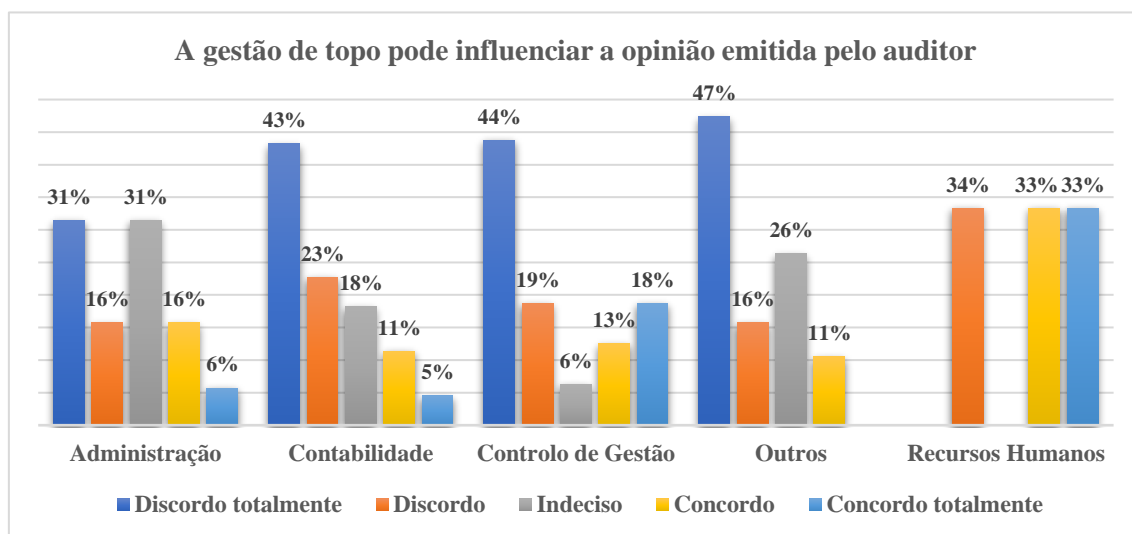


Gráfico 28 - A gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor (pergunta 9). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Conforme o gráfico 28, pode observar-se que a análise da amostra por departamentos vai ao encontro da análise geral, grande parte dos inquiridos discorda com a afirmação. O departamento dos recursos humanos foi o único que não se mostrou indeciso.

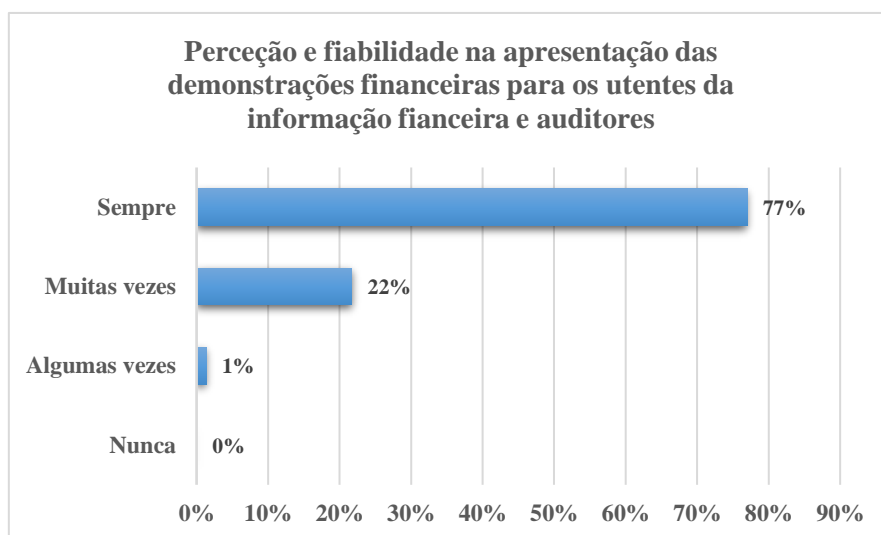


Gráfico 29– Perceção e fiabilidade na apresentação das demonstrações financeiras para os utentes da informação financeira e auditores (pergunta 10). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Atendendo à análise do gráfico 29, constata-se que dos 152 inquiridos, 77% (117 em valor absoluto) consideram que a informação apresentada nas demonstrações financeiras é apresentada sempre de forma perceptível e fiável para os utentes da informação financeira e auditores, 22% (33 em valor absoluto) afirma que a informação é perceptível e fiável muitas vezes e apenas 1% (2) apontam para algumas vezes. Nenhum dos inquiridos considerou que a informação nunca foi apresentada de forma perceptível e fiável.

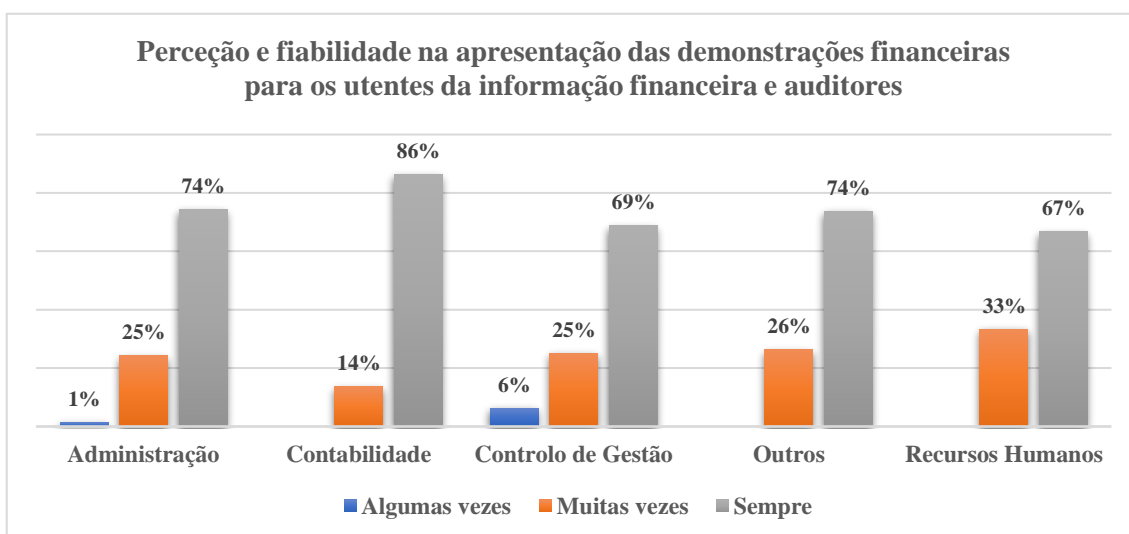


Gráfico 30 - Perceção e fiabilidade na apresentação das demonstrações para os utentes da informação financeira (pergunta 10). Fonte: Elaboração Própria, 2020

No que se refere a análise por departamentos, esta reúne as mesmas conclusões da análise geral, ou seja, grande parte dos departamentos acreditam que a informação apresentada nas demonstrações financeiras é apresentada sempre de forma perceptível e fiável para os utentes da informação financeira e auditores, apenas os departamentos de administração e controlo de gestão apresentaram respostas com a opção “algumas vezes”.

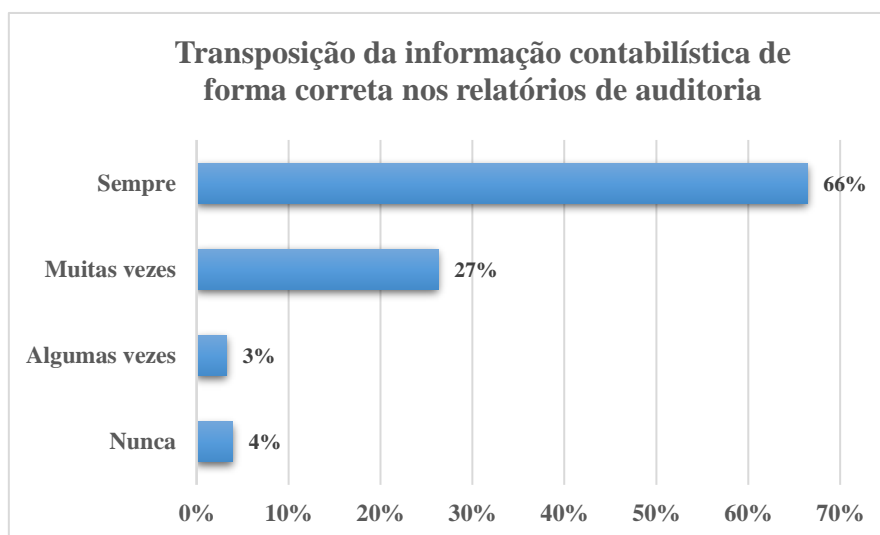


Gráfico 31 - Transposição da informação contabilística de forma correta nos relatórios de auditoria (pergunta 11).
Fonte: Elaboração Própria, 2020

Conforme a observação do gráfico 31, 66% (101 em valor absoluto) dos inquiridos consideram que os auditores transpõem sempre de forma correta nos seus relatórios a informação contabilística apresentada sobre a situação da organização, 27% (40) acreditam que esse processo é realizado muitas vezes, 3% (5) apontam para algumas vezes e 4% (6) julgam que a informação nunca foi transposta de forma correta nos relatórios de auditoria. A opção nunca apresenta uma percentagem minimamente superior relativamente à opção algumas vezes.

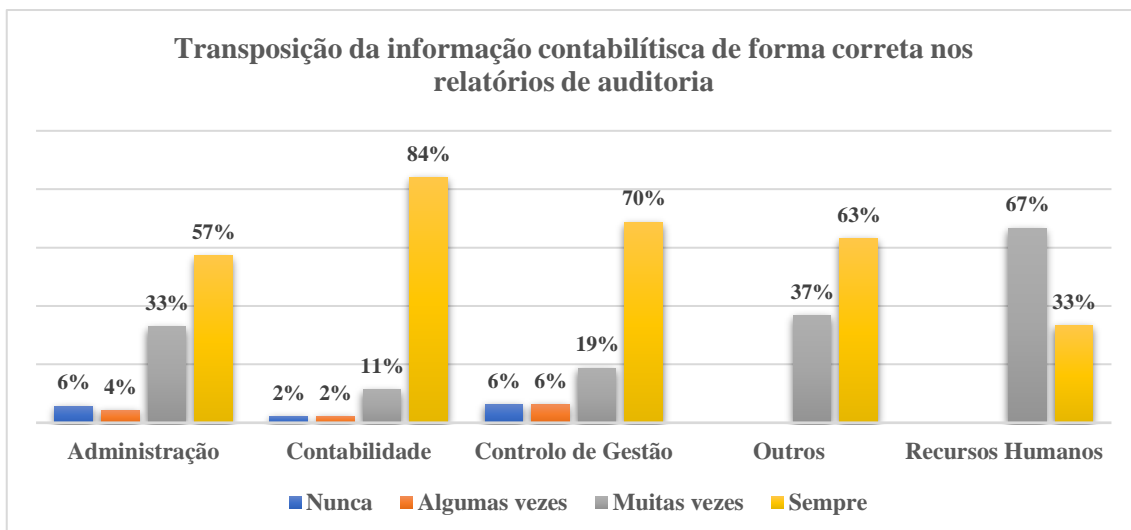


Gráfico 32 - Transposição da informação contabilística de forma correta nos relatórios de auditoria (pergunta 11).
Fonte: Elaboração Própria, 2020

No que diz respeito a análise da amostra por departamentos, esta vai ao encontro da análise em geral, ou seja, grande parte dos inquiridos consideram que os auditores transpõem de forma correta nos seus relatórios a informação contabilística apresentada acerca da situação da empresa, apenas o departamento de recursos humanos apresenta maior percentagem para a opção muitas vezes.

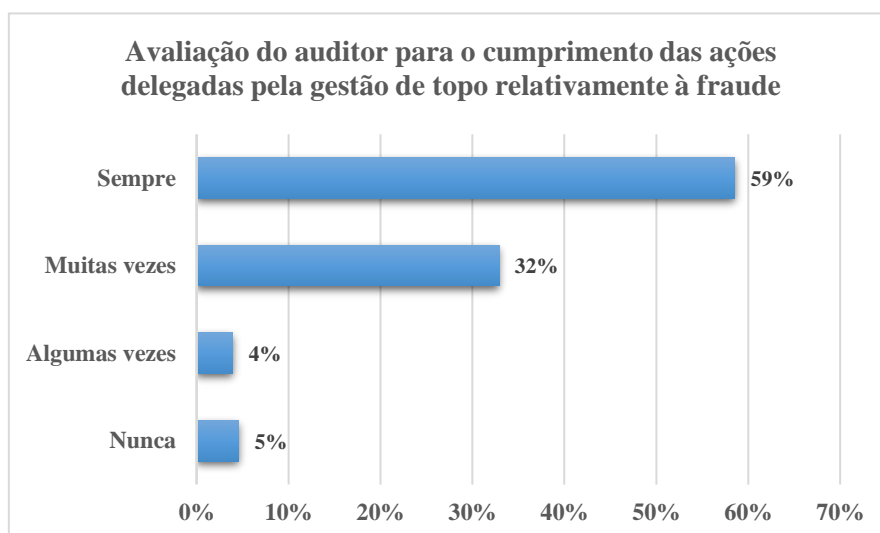


Gráfico 33 - Avaliação do auditor para o cumprimento das ações delegadas pela gestão de topo relativamente à fraude (pergunta 12). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com a avaliação do gráfico 33, verifica-se que 59% (89 em valor absoluto) dos inquiridos acreditam que o auditor avalia sempre se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são efetivamente realizadas, representando assim grande parte da amostra. A opção muitas vezes obteve 32% (50) de

respostas, 4% (6) consideram que a avaliação do auditor é realizada apenas algumas vezes e 5% (7) indicam que a avaliação do auditor nunca foi efetuada.

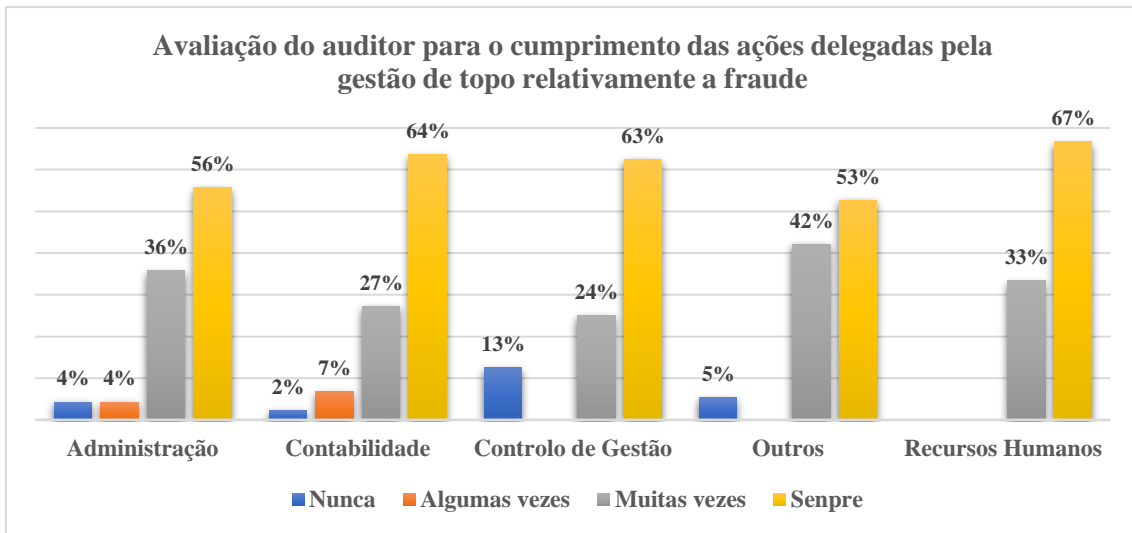


Gráfico 34 - Avaliação do auditor para o cumprimento das ações delegadas pela gestão de topo relativamente a fraude (pergunta 12). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Em relação a análise da amostra por departamentos, esta reúne as mesmas conclusões do que análise em geral, todos os departamentos apresentam como resposta maioritária sempre. Apenas os departamentos de administração e contabilidade consideram que o auditor apenas avalia algumas vezes se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são efetivamente realizadas. O departamento de recursos humanos é o único que não demonstra a opção nunca nas suas respostas.

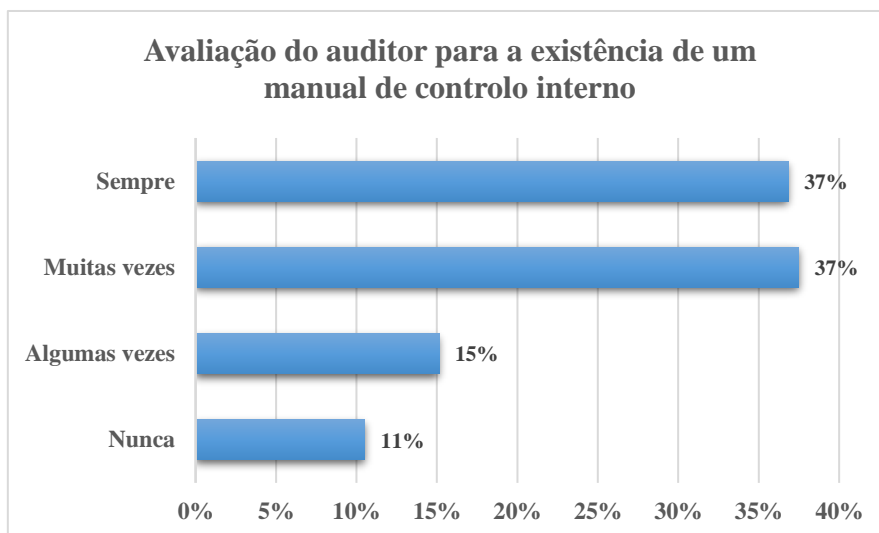


Gráfico 35 - Avaliação do auditor para a existência de um manual de controlo interno (pergunta 13). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Dos 152 inquiridos, cerca de 37% (57 em valor absoluto) julgam que o auditor avalia muitas vezes a existência de um manual de controlo interno dentro da empresa, representando grande parte da amostra, 37% (56) consideram que essa avaliação é sempre realizada, 15% (23) acreditam que é apenas realizado algumas vezes e 11% (16) nunca.

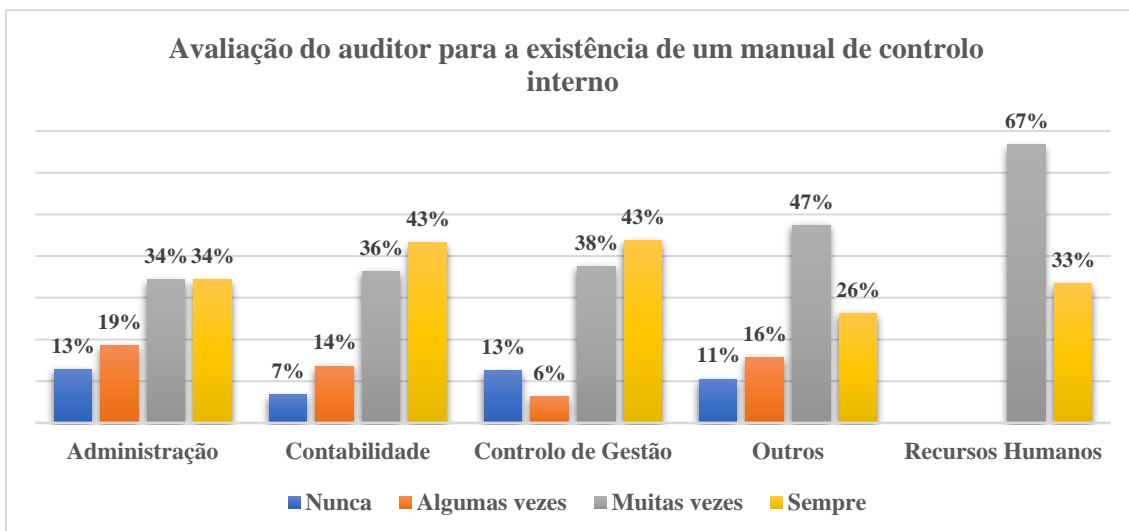


Gráfico 36 - Avaliação do auditor para a existência de um manual de controlo interno (pergunta 13). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Através da análise do gráfico 36 que representa as respostas por departamentos, este indica que os departamentos de administração, recursos humanos e outros vão ao encontro da análise geral, ou seja, a avaliação do auditor relativamente a existência de um manual de controlo interno é realizado muitas vezes, apenas os departamentos de contabilidade e controlo de gestão apresentam percentagem superior para a opção sempre. O departamento de recursos humanos é o único departamento que não apresenta a opção algumas e nunca.

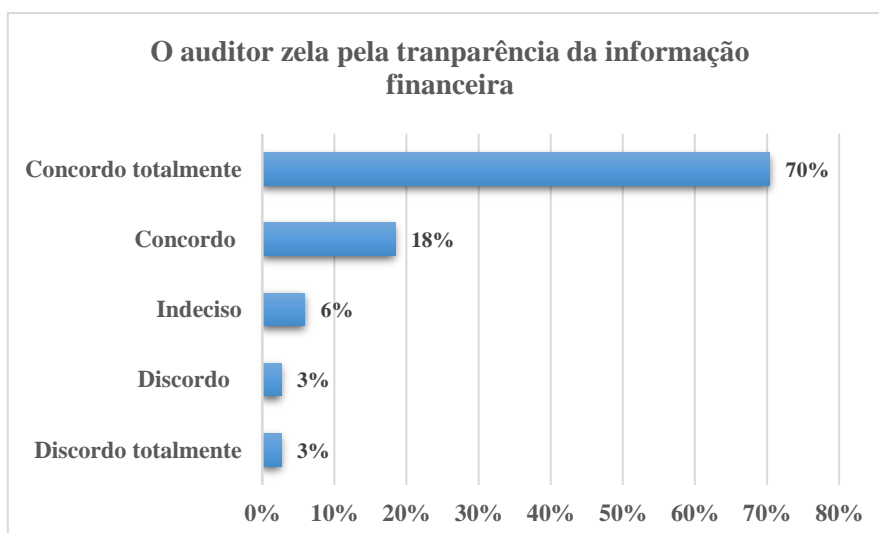


Gráfico 37 - O auditor zela pela transparência da informação financeira (pergunta 14). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Com a interpretação do gráfico 37, pode observar-se que 88% dos inquiridos concorda que o auditor tem como função de zelar pela transparência da informação financeira, representando grande parte da amostra, 6% dos inquiridos mostraram-se indecisos e 6% discorda com a afirmação.

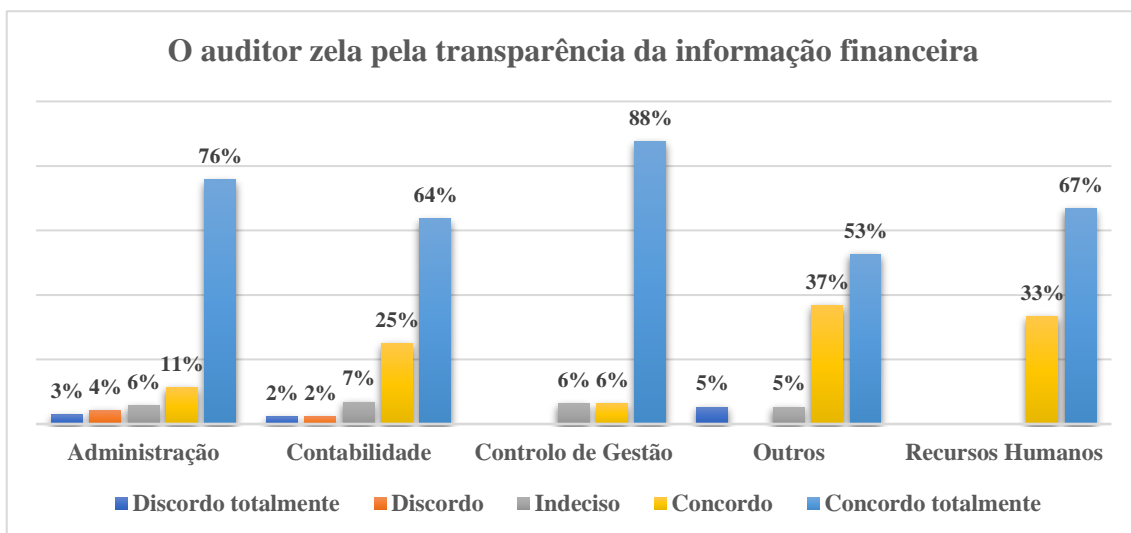


Gráfico 38 - O auditor zela pela transparência da informação financeira (pergunta 14). Fonte: Elaboração Própria, 2020

No que diz respeito a análise das respostas por departamentos, estas demonstram uma coerência com a análise em geral, os inquiridos concordam maioritariamente que o auditor zela pela transparência da informação financeira. Todos os departamentos apontam para uma percentagem mínima de indecisão, apenas o departamento de recursos humanos não demonstrou essa indecisão. Os departamentos controlo de gestão e recursos humanos não manifestam discordância relativamente à afirmação.

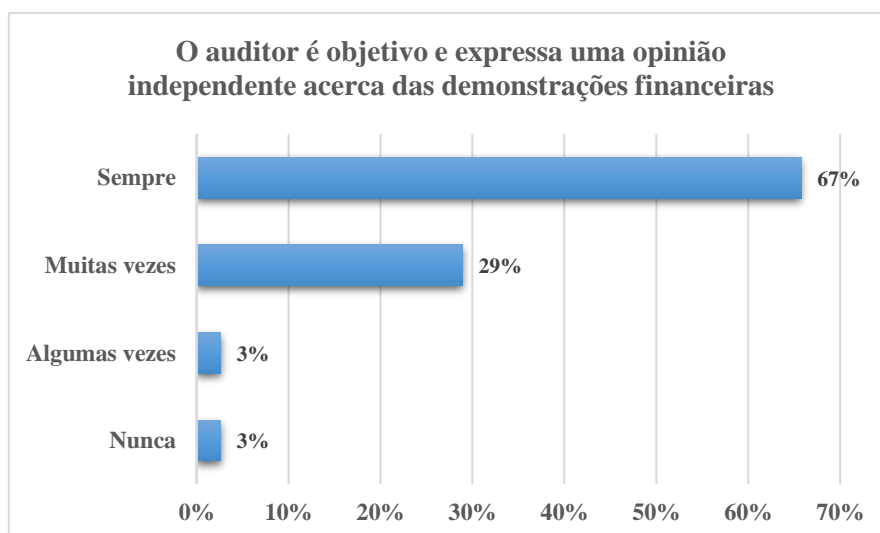


Gráfico 39 - O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras (pergunta 15). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Mediante a análise do gráfico 39, pode verificar-se que 67% (100 em valor absoluto) dos inquiridos considera que o auditor é sempre objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras apresentadas pelos contabilistas. Cerca de 29% (44) dos inquiridos acreditam que muitas vezes o auditor é objetivo e independente na sua opinião, 3% (4) entendem só algumas vezes e 3% (4) manifestam que o auditor nunca é objetivo e independente.

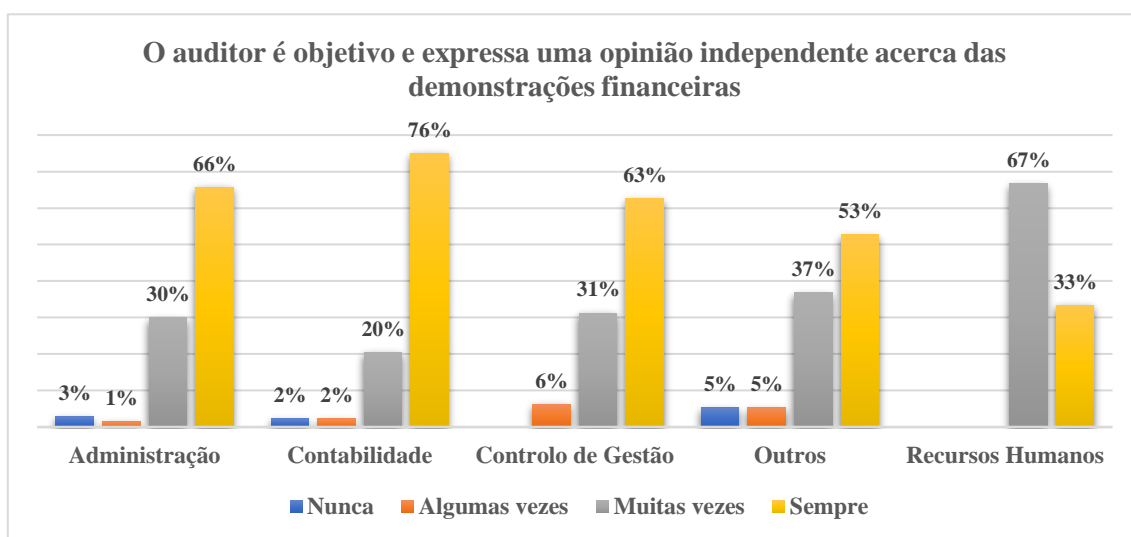


Gráfico 40 – O auditor é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras (pergunta 15). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente à análise do gráfico por departamentos, este vai ao encontro da interpretação da análise em geral. Grande parte dos inquiridos de todos os departamentos consideram que o auditor é sempre objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras apresentada pelos contabilistas. Apenas o departamento de recursos humanos, apresenta uma percentagem bastante superior para a opção muitas vezes do que sempre.

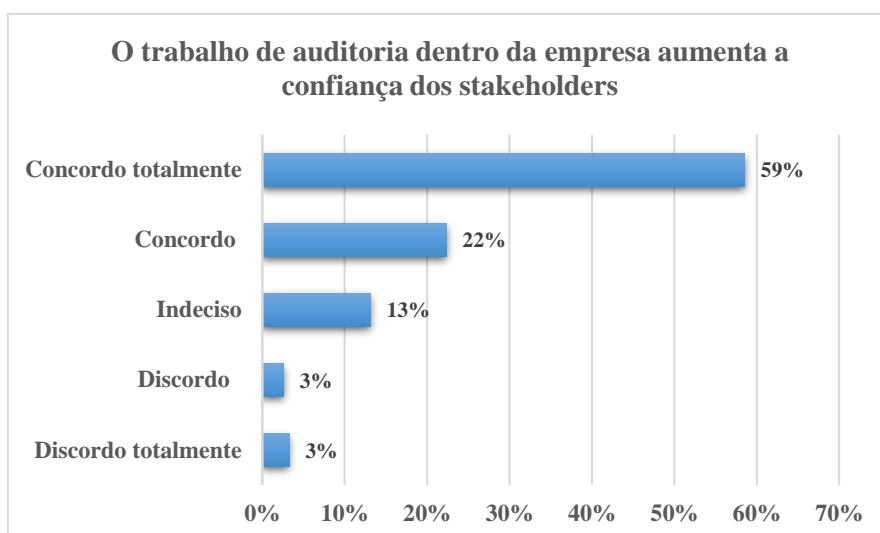


Gráfico 41 - O trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos stakeholders (pergunta 16). Fonte: Elaboração Própria, 2020

De acordo com a interpretação do gráfico 41, 81% dos inquiridos concordam que a realização de um trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos stakeholders. Cerca de 13% (20 em valor absoluto) dos inquiridos mostraram-se indecisos e 6% dos inquiridos não concordam com a afirmação.

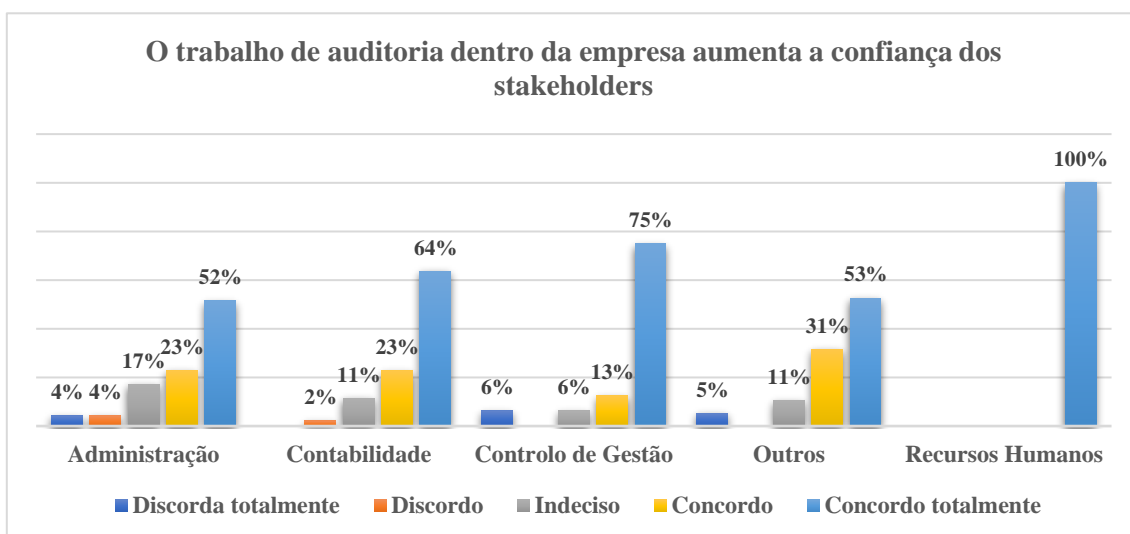


Gráfico 42 - O trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos stakeholders (pergunta 16). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Em relação a análise do gráfico por departamentos, esta reúne as mesmas condições da análise em geral, ou seja, grande parte dos inquiridos de cada departamento concorda totalmente que a realização de um trabalho de auditoria dentro da empresa aumenta a confiança dos *stakeholders*. O departamento dos recursos humanos foi o único que não apresentou discordância com a afirmação e não demonstrou indecisão.

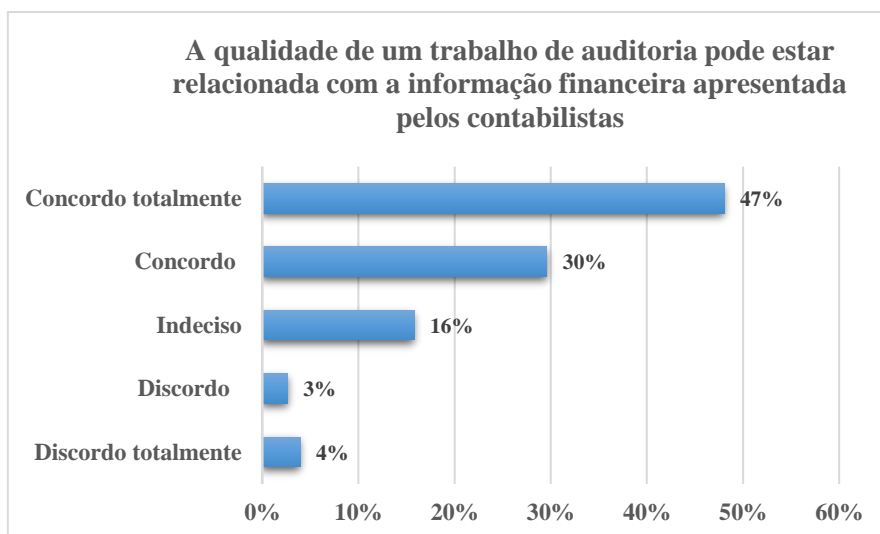


Gráfico 43 - A qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionada com a informação financeira apresentada pelos contabilistas (pergunta 17). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Mediante a observação do gráfico 43, pode verificar-se que 77% dos inquiridos concordam que a qualidade de um trabalho de auditoria possa estar relacionada com a informação financeira apresentada pelos contabilísticas, 16% (24 em valor absoluto) dos inquiridos demonstram indecisão e 7% discordam com a afirmação.

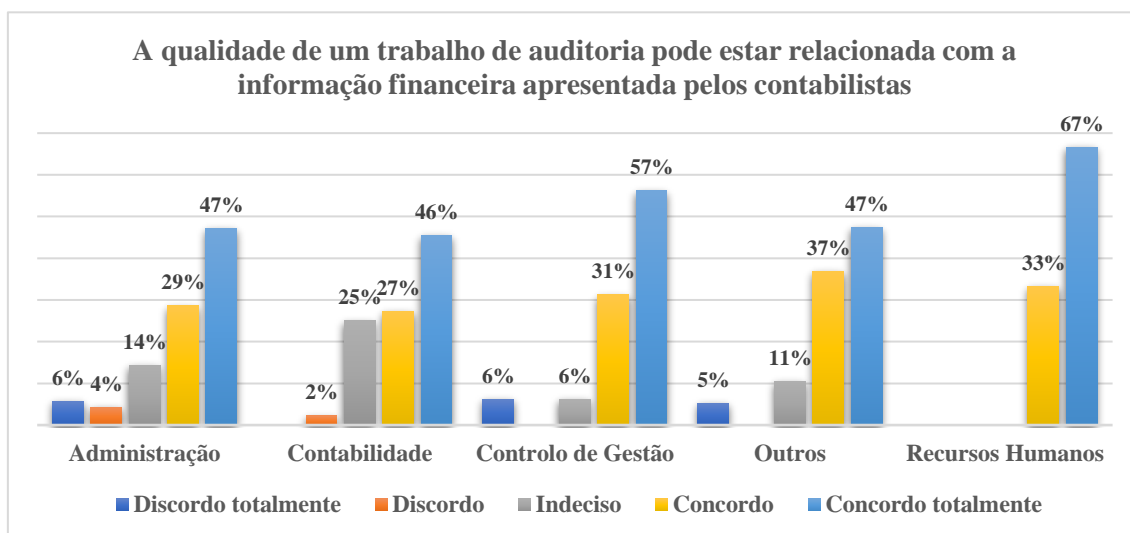


Gráfico 44 - A qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionada com a informação financeira apresentada pelos contabilistas (pergunta 17). Fonte: Elaboração Própria, 2020

Relativamente a interpretação do gráfico 44, observa-se que todos os departamentos que responderam ao inquérito apresentam uma percentagem superior para a opção concordar totalmente, o que indica que esta avaliação vai ao encontro da análise em geral. O departamento dos recursos humanos não apresenta discordância com a afirmação nem indecisão.

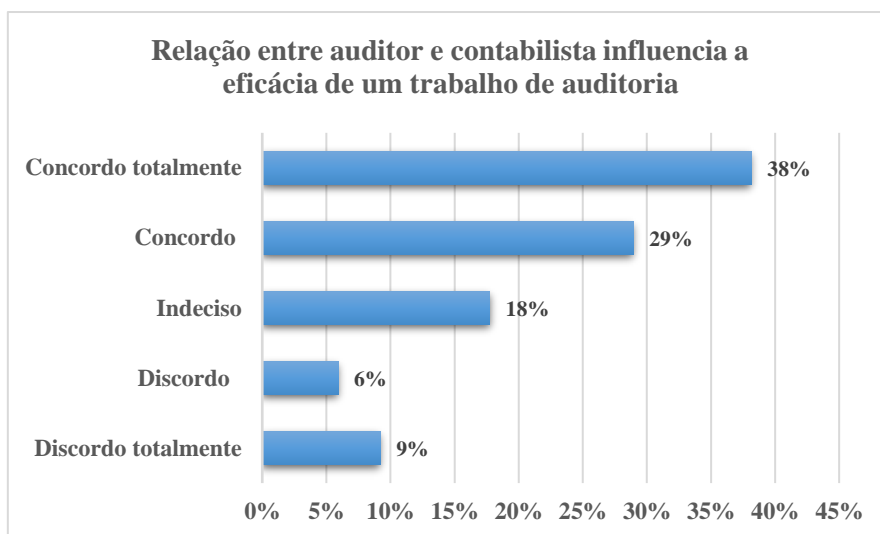


Gráfico 45 – Relação entre auditor e contabilista influencia a eficácia de um trabalho de auditoria (pergunta 18).
 Fonte: Elaboração Própria, 2020

Dos 152 inquiridos, 67% concordam que a relação entre o auditor e contabilista pode influenciar a eficácia de um trabalho de auditoria, 18% mostraram-se indecisos e 15% não concordam com a afirmação.

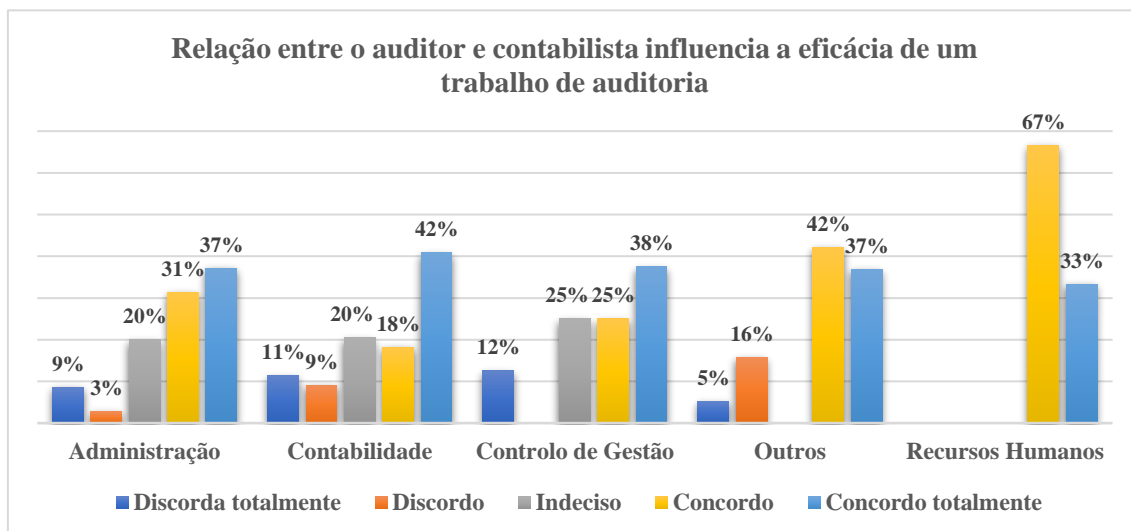


Gráfico 46 - Relação entre o auditor e contabilista influencia a eficácia de um trabalho de auditoria (pergunta 18).
 Fonte: Elaboração Própria, 2020

Por fim, em relação à análise das respostas por departamentos este é coerente à análise em geral, ou seja, todos os inquiridos de cada departamento concordam com a afirmação. Mais uma vez, o departamento de recursos humanos não apresenta discordância com a afirmação nem mostrou indecisão.

2 - Discussão dos resultados

Após a apresentação e interpretação dos resultados, será elaborado uma análise descritiva dos resultados obtidos relativamente às perguntas de investigação que foram previamente definidas com as perguntas do questionário, de forma a obter conclusões relativamente às hipóteses em estudo.

H1- O trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade.

Mediante as 152 respostas obtidas através do questionário, 86% dos inquiridos concordam que dentro do departamento de contabilidade as funções contabilísticas encontram-se devidamente definidas, 73% concordam que as funções do departamento de contabilidade são conhecidas por todos restantes departamentos da empresa. Constatou-se que 99% dos inquiridos consideram que todo o trabalho contabilístico é realizado sempre de forma a garantir a continuidade da entidade, 97% julgam que a informação contabilística é sempre reportada à data mais recente e, por fim, 83% acreditam que o trabalho de auditoria dentro da entidade contribui para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos.

Relativamente a análise das respostas por departamentos, observou-se que para esta hipótese, esta análise vai ao encontro da análise das respostas em geral.

Assim sendo, para uma percentagem de 25%, a hipótese **H1** foi validada em 21,9%.

De facto, é possível constatar que a opinião dos inquiridos vai ao encontro da revisão de literatura estudada, uma vez que, dos diversos relatórios analisados por Rocha (2016) demonstraram que a preparação e elaboração das demonstrações financeiras é assegurada pelos serviços contabilísticos realçando que a informação financeira é analisada de forma regular e sistemática.

Conclui-se assim que, segundo a amostra recolhida na presente investigação, a metodologia utilizada e o modelo de validação aplicado, o trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade.

H2- O nível de confiança na gestão de topo pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização.

Para esta hipótese, verificou-se que 95% dos inquiridos consideram que a gestão de topo acompanha sempre ao pormenor todo o trabalho contabilístico dentro da entidade, apenas 42% dos inquiridos concordam que a gestão de topo influencia os registos contabilísticos da empresa, 30% afirmam a existência de um manual de procedimentos dentro da empresa e, por fim, apenas 21% dos inquiridos concordam que a gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor.

Relativamente a análise das respostas por departamentos, para esta hipótese, o departamento dos recursos humanos é o único departamento que acredita a 100% a existência de um manual de procedimentos dentro da empresa de forma a controlar se todas as funções da gestão de topo são devidamente cumpridas.

Deste modo, para uma percentagem de 25%, a hipótese **H2** foi validada em apenas 11,75%.

É possível avaliar que este tema divide a opinião dos inquiridos e que nem sempre vai ao encontro da revisão de literatura estudada. Segundo Figueiredo (2012), a informação financeira apresenta um papel relevante na entidade, uma vez que, esta tem como objetivo de garantir a fiabilidade e salvaguarda dos ativos da empresa. Essa salvaguarda passa pelo órgão de gestão, este é que define os controlos internos e verifique o trabalho contabilístico na entidade.

No entanto, a opinião dos inquiridos, apesar de garantirem que o trabalho contabilístico é acompanhado pela gestão de topo, os mesmos não demonstram solidez quanto a influência da gestão de topo nos registos contabilísticos da entidade. Também não se verificou solidez na opinião dos inquiridos quanto à influência da gestão de topo na opinião emitida pelo auditor.

Assim sendo, com os resultados aferidos, esta hipótese não apresenta evidências significativas que permitam concluir quanto ao a influencia da gestão de topo acabando assim por não se poder concluir quanto ao impacto da gestão de topo na informação reportada.

H3 - A informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira.

De acordo com as respostas obtidas, 99% dos inquiridos concordam que a informação apresentada nas demonstrações financeiras é apresentada de forma perceptível e fiável para os utentes da informação financeira e auditores e 93% dos inquiridos acreditam que os auditores transpõem sempre de forma correta nos seus relatórios a informação contabilística apresentada sobre a situação da organização.

Relativamente a análise das respostas por departamentos, verificou-se que para esta hipótese, esta análise reúne as mesmas opiniões da análise das respostas em geral.

Para a hipótese **H3**, constatou-se que para 25% a hipótese foi validada em 24%.

De facto, é possível constatar que a opinião dos inquiridos vai ao encontro da revisão de literatura estudada, visto que, segundo Barbosa (2018) a atividade de auditoria poderia auxiliar a contabilidade a divulgar a sua situação económico-financeira das entidades de forma perceptível e livre de preconceitos.

Conclui-se assim que, segundo a amostra recolhida, a metodologia utilizada e o modelo de validação aplicado a informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira.

H4- O auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade.

Relativamente a esta hipótese, 91% dos inquiridos consideram que o auditor avalia sempre se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são efetivamente realizadas, 74% acreditam que o auditor avalia sempre a existência de um manual de controlo interno dentro da entidade.

Dos 152 inquiridos, 88% concordam que o auditor tem como função zelar pela transparência da informação financeira, 96% dos inquiridos julgam o auditor é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeira apresentadas pelos contabilísticas, 81% concordam que o trabalho de auditoria dentro da entidade aumenta a confiança dos *stakeholders* e 77% dos inquiridos concordam que a qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionado com a informação financeira que os

contabilistas apresentam. Por fim, 67% dos inquiridos concordam que a relação entre auditor e contabilista pode influenciar a eficácia de um trabalho de auditoria.

Em relação à análise das respostas por departamentos, esta vai ao encontro da análise das respostas em geral. Evidenciou-se que o departamento dos recursos humanos nunca apresentou respostas de discordâncias relativamente as afirmações apresentadas para esta hipótese.

Assim sendo, para uma percentagem de 25%, a hipótese **H4** foi validada em 20,5%.

De facto, é possível constatar que a opinião dos inquiridos vai ao encontro da revisão de literatura estudada, uma vez que, segundo Figueiredo (2012) a independência do auditor afeta a confiança dos *stakeholders* na fiabilidade e credibilidade do relato financeiro.

Conclui-se assim que, segundo a amostra recolhida, a metodologia utilizada e o modelo de validação aplicado que o auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade.

Nesta tabela são demonstradas as conclusões acerca da validação das hipóteses, de acordo com a discussão dos resultados:

HIPÓTESES	VALIDAÇÃO
H1- O trabalho contabilístico é realizado de forma que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados da situação atual da entidade.	21,90%
H2- O nível de confiança na gestão de topo pode influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização.	11,75%
H3 - A informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira.	24,00%
H4- O auditor realiza o seu trabalho de modo a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade.	20,5%

Tabela 12 - Quadro resumo das hipóteses de investigação. Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como finalidade investigar se aplicação de boas práticas contabilísticas influenciam a eficácia de um trabalho de auditoria dentro de uma organização.

No sentido de atingir este objetivo, foi realizado a revisão de literatura sobre o tema desta investigação e definido a metodologia a utilizar. Através da revisão de literatura foram abordados diversos temas teóricos acerca da contabilidade e da auditoria, de forma a elaborar um enquadramento teórico sobre o tema em questão.

A contabilidade é vista como um trabalho que tem como intuito a planificar, organizar, classificar e registar todas as transações financeiras e as operações que podem alterar a composição e o valor do património da entidade, enquanto que, o objetivo de uma auditoria financeira passa pelo auditor expressar uma opinião e avaliar evidências relacionadas com os pressupostos contidos nas demonstrações financeiras, verificar se as ações estipuladas pela gestão de topo para a prevenção e deteção da fraude são efetivamente realizadas e, por fim, verificar e testar os controlos implementados pela empresa.

No entanto, como Almeida (2017) referiu, a contabilidade e a auditoria são áreas bastante divergente, mas ambas pretendem obter demonstrações financeiras que representem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da entidade.

Na segunda fase do estudo, foi estabelecido a metodologia a utilizar. Por se tratar de um estudo exploratório qualitativo, optou-se por elaborar um inquérito direcionado às empresas do sector da Indústria Transformadora em Portugal, que permitiu não só obter respostas de um vasto leque de indústrias como possibilitou a diversidade de opiniões tendo em consideração a experiência profissional dos inquiridos, a área de trabalho em que os mesmo se enquadram, os conhecimentos académicos adquiridos e a idade.

Através das questões de investigação, foram elaboradas quatro hipóteses, tendo em conta as evidências empíricas estudadas. Subsequentemente, foi definido um modelo de análise que relaciona as hipóteses estruturadas entre si, atribuindo a cada hipótese uma ponderação percentual de 25% do total.

Através dos resultados obtidos, foi elaborado a seguinte tabela de modo a apresentar a validação do modelo de análise tendo em consideração as perguntas do questionário:

HIPÓTESE	QUESTÕES ASSOCIADAS	PERCENTAGEM	DADOS LIKERT	VALIDAÇÃO HIPÓTESE	MODELO ¼ CADA HIPÓTESE
H1 25%	1	20%	86	17,2	
	2	20%	73	14,6	
	3	20%	99	19,8	
	4	20%	97	19,4	
	5	20%	83	16,6	
				87,6%	21,9%
H2 25%	1	25%	95	23,8	
	2	25%	42	10,5	
	3	25%	30	7,5	
	4	25%	21	5,3	
				47%	11,75%
H3 25%	1	50%	99	49,5	
	2	50%	93	46,5	
				96%	24%
H4 25%	1	14,29%	91	13	
	2	14,29%	74	10,6	
	3	14,29%	88	12,6	
	4	14,29%	96	13,7	
	5	14,29%	81	11,6	
	6	14,29%	77	11	
	7	14,29%	67	9,6	
				82%	20,5%
VALIDAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE					78,15%

Tabela 13 - Validação do Modelo de análise. Fonte: Elaboração Própria

Com isto, é possível concluir que, com a hipótese **H1**, 87,6% dos inquiridos consideram que o trabalho contabilístico é realizado de forma a que os utentes da informação financeira sejam devidamente informados sobre a situação atual da empresa, sendo previsível este resultado, visto que os utentes da informação financeira recorrem às demonstrações financeiras para satisfazerem algumas necessidades de informação, e esta informação deve ser sempre reportada à data mais recente, o que vai ao encontro da revisão de literatura abordada. Para uma percentagem de 25%, a hipótese foi validada em 21,9%.

Relativamente a hipótese **H2**, foi definido que o nível de confiança na gestão de topo poderia influenciar a informação reportada nos registos contabilísticos de uma organização, apenas 47% dos inquiridos concordam com afirmação, o que revela uma divisão de opiniões perante a revisão de literatura estudada. Apesar de os inquiridos garantirem que o trabalho contabilístico é acompanhado pela gestão de topo, os mesmos

não demonstram solidez quanto a influência da gestão de topo nos registos contabilísticos reportados e na opinião emitida pelo auditor. Para uma percentagem de 25%, a hipótese foi validada apenas em 11,75%.

Em relação a hipótese **H3**, relativamente a transposição e divulgação da informação, 96% dos inquiridos concordam que a informação financeira divulgada é transposta de forma perceptível e livre de preconceitos para os utentes da informação financeira, o que vai ao encontro da revisão de literatura estudada. Para uma percentagem de 25%, a hipótese foi validada apenas em 24%.

Por fim, para a hipótese **H4**, 82% dos inquiridos consideram que o auditor realiza o seu trabalho de forma a que a sua opinião seja independente acerca das demonstrações financeiras da entidade. Esta hipótese vai ao encontro da revisão de literatura, o que era espectável, uma vez que se encontra explícito no código de ética da OROC que a independência é um dos requisitos fundamentais para a profissão de auditoria.

Assim sendo, é possível verificar que o modelo de análise fica validado em 78,15%, o que significa, com a amostra recolhida, que as boas praticas contabilísticas podem afetar a qualidade de um trabalho de auditoria.

Limitações do estudo

A principal limitação encontrada na elaboração desta presente investigação foi o número de respostas que se obteve relativamente a amostra escolhida. Perante uma amostra de 8146 empresas, obteve-se um número de respostas bastante reduzido, apenas 1,9% das empresas responderam ao inquérito.

A segunda limitação deste estudo é relativa a análise setorial, uma vez, das diversas indústrias enquadradas neste sector teve como consequência a generalização das respostas obtidas.

Por último, o facto de não se obter respostas por parte do departamento de auditoria (auditores internos), restringiu o cruzamento de opiniões e respostas entre os auditores com os restantes departamentos da empresa.

Sugestões para investigações futuras

Para investigações futuras é sugerido que se realiza um estudo semelhante escolhendo outro sector de atividade (agricultura, construção civil, saúde, educação etc.), alargando o número da amostra de forma recolher outro tipo de dados.

Outra sugestão, seria aprofundar o tema no sector da indústria transformadora escolhendo apenas um tipo de indústria, como por exemplo, indústria alimentar ou fabricação de têxtil, de modo a averiguar se as conclusões obtidas são semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Á., & M.F Martins, M. (Maio de 2004). O crescimento da Produtividade da Indústria Portuguesa no Século XX. CEMPRE - Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Almeida, B. J. (2017). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco*. Escolar Editora.
- Alves, J. S. (2017). *Eficácia do relatório de auditoria sobre o pressuposto da continuidade*. Universidade Lusíada .
- Amaral, C. X. (2001). Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Actuais.
- Auditors, T. I. (1996). Normas para a prática profissional da Auditoria Interna. *Revista de Contabilidade e Comércio* .
- Barbosa, A. R. (2018). A Contabilidade e a Eficácia da Auditoria Financeira – Estudo de Caso de um Grupo Empresarial do Setor Automóvel . Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Bennett, G., & C. Hatfield, R. (November de 2017). Do Approaching Deadlines Influence Auditors' Materiality Assessments? *Auditing: a Journal of Practice & Theory*, 29-48.
- Borges, A., & Azevedo Rodrigues, J. (2004). *Contabilidade e Finanças para a gestão*. Coleção Gestão.
- Controls, I. (Janeiro de 2008). SARBANES-OXLEY SECTION 404: A Guide for Management. pp. Pág. 9-44 ..
- Esteves, I. I. (2012). A responsabilidade Social do Auditor perante a Fraude. Instituto Superio de Contabilidade e Administração do Porto.
- Figueiredo, C. M. (Setembro de 2012). O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz. S. Mamede: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto .
- Gil, A. C. (2008). *Metodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Altas.

- Loureiro, M. J. (Abril de 2015). O sistema de controlo interno nas instituições financeiras. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Luiz dos Santos, J., & Schmidt, P. (2008). *História da Contabilidade*. Altas.
- Monteiro, M. N. (2004). *Pequena História da Contabilidade (2ª Edição, revista)*. Europress.
- Nogueira, M. (2010). Práticas de Contabilidade - Relatório de Estágio do Mestrado em Gestão. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- OTOC. (2015). Normalização contabilística em Portugal: a sua evolução e situação atual. Congresso dos TOC.
- Pacheco, A. F. (2018). A Influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa Instituição de Ensino Superior . Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto .
- Rocha, D. A. (2016). O Contributo da Auditoria Interna na Elaboração de Boas Práticas Contabilísticas. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- SNC. (2012). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística*. Porto Editora.
- Soares, J. A. (Março de 2010). As Práticas Contabilísticas com a Introdução do Sistema de Normalização Contabilística. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Sousa, D. R. (2018). O preço da Independência dos Auditores. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios - Segundo Bolonha*. Pactor.
- Teixeira, M. (Novembro de 2006). O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz . Coimbra: Universidade Aberta.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário

Inquérito - A Eficácia de um trabalho de auditoria sobre o pressuposto das boas práticas contabilísticas - Sector da Industria Transformadora

No âmbito do Mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, o presente questionário têm como intuito analisar o contributo das boas práticas contabilísticas para a realização de uma auditoria financeira eficaz em empresas do sector da Industria Transformadora em Portugal.

Toda a informação prestada é confidencial, sendo apenas utilizada para fins exclusivamente académicos.

Agradecemos desde já a sua disponibilidade e colaboração.

***Obrigatório**



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO:

1. Indique o seu género: *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

2. Indique a sua faixa etária: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

3. Indique a área da profissão actual: *

Marcar apenas uma oval.

- Administração
- Recursos Humanos
- Contabilidade
- Auditoria
- Controlo de Gestão
- Outros

4. Indique o seu nível de habilitação literária: *

Marcar apenas uma oval.

- Curso Profissional
- Licenciado
- Mestre
- Doutor
- Outros

5. Indique o número de anos de experiência profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Entre 15 e 20 anos
- Superior a 20 anos

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

6. Nome da entidade: *

7. Tipo de Sociedade: *

Marcar apenas uma oval.

- Sociedade Anónima
- Sociedade por Quotas

8. Número de funcionários que a empresa detém: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 25
- Entre 26 a 50
- Entre 51 a 100
- Mais de 100

9. Volume de negócios da entidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 10.000.000,00€
- Entre 10.000.000,00€ e 50.000.000,00€
- Entre 50.000.000,00€ e 100.000.000,00€
- Mais de 100.000.000,00€

10. Número de funcionários que exercem actividade contabilística: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 3
- Entre 4 e 6
- Mais de 6

11. Número de auditores presentes na entidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum
- Até 3
- Mais de 3

TENDO EM CONTA A SUA PERSPECTIVA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO, RESPONDA AS SEGUINTE PERGUNTAS E AFIRMAÇÕES:

12. 1. As funções contabilísticas encontram-se devidamente definidas, dentro do departamento de contabilidade da empresa. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

13. 2. As funções do departamento de contabilidade são conhecidas por todos os outros departamentos da empresa. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

14. 3. Todo o trabalho contabilístico, nomeadamente a preparação e divulgação das demonstrações financeiras, é realizado de forma a garantir a continuidade da empresa. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

15. 4. Toda a informação contabilística da empresa é reportada à data mais recente. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

16. 5. Na sua opinião, o trabalho de auditoria dentro da entidade contribui para o cumprimento de normas e procedimentos contabilísticos. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

17. 6. A gestão de topo acompanha ao pormenor todo o trabalho realizado por parte dos contabilistas dentro da entidade. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

18. 2. Na sua opinião, a gestão de topo influencia os registos contabilísticos da empresa. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

19. 8. Existe algum manual de procedimentos, de forma a controlar se todas as funções da gestão de topo estão a ser devidamente cumpridas dentro da entidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não tenho conhecimento

20. 9. A gestão de topo pode influenciar a opinião emitida pelo auditor. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

21. 10. A informação apresentada nas demonstrações financeiras é apresentada de forma perceptível e fiável para os utentes da informação financeira e auditores. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

22. 11. Os auditores transpõem de forma correta nos seus relatórios a informação contabilística apresentada sobre a situação da organização. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

23. 12. O auditor avalia se as ações delegadas pela gestão de topo para a prevenção, deteção e penalização da fraude são efetivamente realizadas. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

24. 13. O auditor avalia a existência de um manual de controlo interno dentro da entidade. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

25. 14. O auditor tem como função zelar pela transparência da informação financeira. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

26. 15. Na sua opinião auditor, é objetivo e expressa uma opinião independente acerca das demonstrações financeiras apresentada pelos contabilistas. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

27. 16. A realização de um trabalho de auditoria dentro da entidade aumenta a confiança dos stakeholders. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

28. 17. A qualidade de um trabalho de auditoria pode estar relacionada com a informação financeira que os contabilistas apresentam. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

29. 18. A relação entre auditor e contabilista pode influenciar a eficácia de um trabalho de auditoria. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários